

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ADEMIR JOSÉ DE OLIVEIRA

**MEMÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS
VOZES SILENCIADAS:
A busca pela nova reeducação das relações Étnico-Raciais**

Catalão/2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

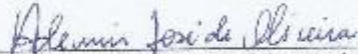
Nome completo do autor: Ademir José de Oliveira

Título do trabalho: *Memória e Cultura Afro-Brasileira nas vozes silenciadas: A busca pela nova Reeducação das Relações Étnico-Raciais.*

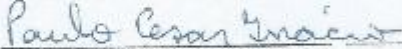
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)

Data: 10 / 08 / 2018

ADEMIR JOSÉ DE OLIVEIRA

**MEMÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS
VOZES SILENCIADAS:**

A busca pela nova reeducação das relações Étnico-Raciais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Unidade Acadêmica de História e Ciências Sociais, Regional Catalão, Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Cesar Inácio.

Linha de Pesquisa: “História, Sociedade e Práticas Educativas”.

Catalão- GO, 10 de julho de 2018.

Professor Doutor Paulo Cesar Inácio
Orientador e Presidente da Banca
Universidade Federal de Goiás
Regional Catalão - História

Professor Doutor Mauricio Viana de Araujo
Membro Externo
Universidade Federal de Uberlândia

Professora Doutora Janaína Ferreira da Silva
Membro Interno
Universidade Federal de Goiás
Regional Catalão - História

Catalão/2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

OLIVEIRA, ADEMIR JOSÉ DE
MEMÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS VOZES
SILENCIADAS: [manuscrito] : A busca pela nova reeducação das
relações Étnico-Raciais / ADEMIR JOSÉ DE OLIVEIRA. - 2018.
XCI, 91 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Inácio.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade
Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Catalão,
Programa de Pós-Graduação em História (profissional), Catalão, 2018.
Bibliografia.
Inclui siglas, gráfico.

1. Ensino de História. 2. História e formação identitária. 3. Dignidade
Humana. I. Inácio, Paulo Cesar , orient. II. Título.

CDU 94



Ata de Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Mestrado

Defesa: nº 37

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e dezoito realizou-se, na sala do Laboratório de Audiovisual, localizada no Bloco Didático II, da Regional Catalão/UFG, a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Mestrado intitulado *Memória e Cultura Afro-Brasileira nas vozes silenciadas: A busca pela nova Reeducação das Relações Étnico-Raciais.*, de autoria do mestrando **Ademir José de Oliveira**. Na ocasião, compareceu a Banca Examinadora, designada pela Coordenadoria do Mestrado em História – nível Mestrado Profissional, e composta pelos docentes Prof. Dr. Paulo Cesar Inácio, professor da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC; Prof. Dr. Maurício Viana de Araújo da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Prof^ª. Dr^ª. Janaina Ferreira Silva, professora da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC. A sessão teve início às 14:00 horas, sendo presidida pelo Professor Dr. Paulo Cesar Inácio (orientador) que abriu os trabalhos junto à Banca Examinadora. Em seguida, o Presidente da sessão passou a palavra ao discente que teve quinze minutos para apresentar o trabalho. Após a apresentação, passou-se a palavra aos componentes da banca que tiveram cada um, vinte e cinco minutos para expor suas questões e observações sobre o trabalho apresentado, tendo o mestrando quinze minutos para responder. Após o término da arguição, o Presidente da sessão solicitou que o candidato e o público presente que se retirassem do recinto para que a Banca Examinadora pudesse proceder sua avaliação. Após a conclusão dos trabalhos de avaliação, os arguidores atribuíram o seguinte resultado: Aprovado. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora. Regional Catalão, UFG, aos dez dias do mês de julho de dois mil e dezoito.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Cesar Inácio (Orientador/a UFG/RC) Paulo Cesar Inácio
Prof. Dr. Maurício Viana de Araújo (UFU) Maurício Viana de Araújo
Prof^ª. Dr^ª. Janaina Ferreira Silva (UFG/RC) Janaina Ferreira Silva

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a ¹Yaohu nosso Criador Eterno, a ele toda ³Hodayao e ²Haolul, à minha esposa Gláucia pelo apoio, incentivo e companheirismo, às minhas filhas Olívia e Talitha, em especial a Sara que me apoiou em todo momento, a qual sempre pude contar durante todo percurso da pesquisa.

Às minhas amigas Elzine Borges Beregeno e Márcia de Oliveira pelo apoio nessa jornada acadêmica. A todos os meus colegas de Mestrado, em especial o Roberto que se tornou um irmão nessa trajetória.

Ao professor Doutor Luiz Carlos pelas profundas reflexões apoio e incentivo. A todos os professores do curso do Mestrado que muito contribuíram nesse processo de produção científica.

Às professoras da Banca Luzia e Janaína pela riqueza de suas contribuições com o meu trabalho, suas orientações nortearam minhas reflexões, sendo que algumas considero relevantes para dar seguimento ao Doutorado.

Ao meu grande amigo e professor Doutor Paulo César Inácio, orientador do meu trabalho, a quem devo eterna gratidão pela consideração e paciência durante momentos difíceis enfrentados nessa jornada acadêmica.

Agradeço por me fazer refletir e pensar de forma consciente e construtiva, por me ajudar a elaborar as perguntas que realmente puderam ser respondidas nessa pesquisa.

¹Yaohu: pronúncia original em hebraico arcaico do nome do Criador Eterno.

²Hodayao: Graça.

³Haolul: Louvor.

DEDICATÓRIA

A todas as mães dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG.

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade.

Nilma Lino Gomes

RESUMO

Objetivamos nesse trabalho elucidar e discutir as práticas educacionais que são desenvolvidas no ambiente escolar com os alunos negros que cursam os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, analisando em que medida essas práticas se relacionam com a diversidade étnica racial presente em sala de aula, propomos identificar nas relações que envolvem professores/as e alunos/as a formação da consciência histórica identitária da população afrobrasileira. Na pesquisa selecionamos uma das escolas que compõem a rede municipal de ensino da cidade de Araguari-MG. Nesta entrevistamos as mães dos alunos negros, identificando se o cotidiano escolar sofreu alterações educacionais valorativas com a aplicação do conteúdo da história da África e da lei 10639/2003. A principal fonte de problematização passa pela análise de um olhar visto de baixo, segundo o olhar dessas mães, sobre o que pensam e esperam da educação que chegam aos seus filhos através das escolas públicas. Teoricamente estabelecemos diálogo com autores que abordam as questões raciais preocupados nas interações com a educação e a história, nesse caminho nos aproximamos dos trabalhos de Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga, possibilitando indagações e profundas reflexões a ser apreendidas, investigadas e apropriadas pelo desafio e o redirecionamento de um novo fazer pedagógico, a partir da busca pela reeducação das relações étnicas raciais. A relevância deste trabalho nos remete a pensarmos e inquirirmos sobre o futuro escolar das minorias raciais, notadamente dos alunos negros que compõem esse cenário de espoliação e discriminação racial, assim como o reconhecimento de suas potencialidades, pertencimento, formação identitária e dignidade humana.

Palavras-chave: Ensino de História, História e formação identitária, Dignidade Humana.

ABSTRACT

In this work we aim to make clear and discuss the educational practices that are developed in the school environment with the black students who attend the initial and final years of Elementary School, analyzing the extent to which these practices are related to the ethnic racial diversity present in the classroom, we propose to identify in the relationships that involve teachers and students the formation of the historical consciousness of the Afro-Brazilian population. In the research we selected one of the schools that make up the municipal teaching network of the city of Araguari which is located in the State of Minas Gerais. In that sense, we interviewed the mothers of the black students, making sure whether the daily school life underwent educational changes with the application of the content of the history of Africa and the law 10639/2003. The main source of questioning goes through the analysis of a view from below, according to the look of these mothers, about what they think and expect from education that reach their children through public schools. Theoretically we set up a dialogue with authors who address the racial issues concerned in the interactions with education and history, on this path we approach the works of Nilma Lino Gomes and Kabengele Munanga, allowing inquiries and deep reflections to be understood, investigated and appropriated by the challenge and the redirection of a new pedagogical practice, from the search for the reeducation of ethnic racial relations. The relevance of this work leads us to think and inquire about the future of racial minorities, especially the black students who make up this scenario of spoliation and racial discrimination, as well as the recognition of their potential, belonging, identity formation and human dignity.

Key words: History Teaching, History and identity formation, Human Dignity.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 : Alunos negros no contexto sóciopolítico pedagógico.....	25
Capítulo 2: Consciência histórica e formação identitária no cotidiano escolar.....	43
Capítulo 3: A escola e a obrigatoriedade da nova legislação.....	64
Considerações Finais	82
Referências	87
Fontes: Entrevistas Realizadas.....	91

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa discute a relação entre escola pública, discriminação racial e as expectativas de mães de estudantes negros no que tange a educação que os seus filhos tem recebido a partir da implementação da lei 10639/2003, que regulamenta e dispõe sobre conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira.

Buscamos também elucidar e discutir as experiências vividas pelos alunos negros mediante as práticas educacionais que são desenvolvidas no ambiente escolar e identificar se essas práticas docentes sofreram alterações significativas com a aplicação dessa nova legislação.

Nessa direção, propomos com esse trabalho uma análise investigativa sobre essas práticas arroladas no cotidiano escolar por meio de um olhar visto de baixo por aqueles/as que representam as minorias raciais e que integram a comunidade escolar, notadamente as mães dos alunos negros, e problematizar como se processa a relação de ensino e aprendizagem frente à diversidade étnica racial presente em sala de aula, de forma que possamos refletir e inferir sobre as implicações que se encontram esses alunos nesse universo da educação.

Na pesquisa selecionamos o Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso, o qual compõe uma das 16 escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Araguari-MG, sendo uma escola que privilegiamos em nosso trabalho por estar situada em uma região periférica em relação aos bairros centrais, localizada na rua um número 585, bairro Ouro Verde.

A escola foi fundada em 12 de abril de 1997, completando nesse ano de 2018, 21 anos de funcionamento, atingindo atualmente um quadro efetivo de 581 alunos, com 26 turmas formadas, sendo distribuídas 10 no turno matutino, 11 no turno vespertino e 05 no turno noturno, cuja demanda atende aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e a modalidade de ensino da EJA “Educação de Jovens e Adultos”. A escola possui quadra esportiva coberta, laboratório de informática, estando cercada por bairros novos, que atendem o projeto do governo federal “Minha casa minha vida” contendo um grande contingente de alunos negros matriculados nessa instituição.

A difícil problemática que envolve a escola pública no que tange a inserção do negro como protagonista de sua própria formação identitária nos leva a buscarmos

uma nova reeducação das relações étnicas raciais no cotidiano escolar e inquirirmos no passado marcado por traumas e medos causados pela discriminação racial à população negra no Brasil.

Analisar essa trajetória se faz necessário para responder algumas de nossas indagações frente às vozes que foram silenciadas no passado que subjugaram inocentes, cujas almas ecoavam por sua dignidade e liberdade, propomos identificar na pesquisa em que medida essas vozes são ouvidas no presente? Em que medida a memória e a cultura afrobrasileira são validadas pela nossa sociedade? Assim como lhes assegurar justiça social e igualdade étnica racial, de forma que possamos refletir e inferir sobre as implicações que se encontram as minorias raciais, notadamente as mães dos alunos negros com os seus anseios, agruras, sonhos e esperança em alcançar para os seus filhos a dignidade humana e cidadã.

Diante dessas correlações de forças que atingem impiedosamente a população Afrodescendente, notadamente em sua formação identitária, igualdade social e racial, os divisores de águas mantém suas barragens constantemente preenchidas no fazer pedagógico e nas práticas educativas que corroboram para o silêncio das vozes daqueles que trazem na alma as marcas das desigualdades impostas pelos grupos dominantes que constituem essas forças de supressão da dignidade do negro no espaço escolar e social. Nas palavras de Nilma Lino Gomes (2003, p. 171), podemos afirmar que:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos nos processos de formação de professores, sobre a importância da diversidade cultural?

No entanto, constituir novas práticas educativas que colabore para desconstruir a mentalidade racista e discriminadora que atingem os alunos negros no ambiente escolar é algo que nos remete a refletir e analisar em que medida essas práticas podem ser eficientemente aproveitadas, ou eficazmente aplicadas no palco educacional de maneira que promova um diálogo que fomente e contribua para a transformação da sociedade a partir de valores que privilegie a promoção da igualdade racial e que façam emergir os princípios fundamentais para sensibilização e o

reconhecimento da Pluridiversidade étnica cultural presente em sala de aula e na dignidade da pessoa humana. Segundo Edgar Morin (2000, p. 61),

Por isso, a educação deveria mostrar e ilustrar o destino multifacetado do humano: o destino da espécie humana, o destino individual, o destino social, o destino histórico, todos entrelaçados e inseparáveis. Assim, uma das vocações essenciais da educação do futuro será o exame e o estudo da complexidade humana. Conduziria à tomada de conhecimento, por conseguinte, de consciência, da condição comum a todos os humanos e da muito rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos, das culturas, sobre nosso enraizamento como cidadãos da terra...

Nesse sentido a presente pesquisa se constitui na perspectiva de avaliar e analisar as práticas curriculares desenvolvidas no espaço da escola e como essas práticas dialogam com a nova legislação, a qual se atribui a valorização da memória e cultura dos afrodescendentes, de forma que possa contribuir para despertar nos docentes um olhar humanizado e que promova a construção de uma nova mentalidade social a partir da sala de aula.

A busca pela nova reeducação das relações étnicas raciais é um caminho na docência que deve ser trilhado por todos que fazem parte da jornada pedagógica, enveredar-se por essa via nos permite apropriarmos de uma conduta ética e cidadã de forma que possamos alcançar as mudanças significativas e necessárias para promovermos ao longo desse processo de ensino e aprendizagem uma nova conscientização humanizadora, que seja capaz de reconhecer e valorizar as minorias raciais enquanto partícipes de nossa história.

Nessa perspectiva buscamos um olhar visto de baixo, ou seja, pelas mãos dos alunos negros que compõem essa unidade escolar da Rede Pública Municipal de Araguari MG, a qual selecionamos para a nossa pesquisa, de forma que possamos conhecer e compreendermos melhor os anseios que essas mães carregam no que tange a educação que os seus filhos recebem por meio dessa escola, assim como problematizar e identificar as possíveis mudanças com a obrigatoriedade da lei 10639/2003.

¹A Lei 10639, de 9 de janeiro de 2003, é um marco histórico. Ela simboliza, simultaneamente, um ponto de chegada das lutas antirracistas no Brasil e um ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação brasileira. Ciente desses desafios, o Conselho Nacional de Educação, já em 2004, dedicou-se ao tema e, em diálogo com reivindicações históricas dos movimentos sociais, em especial do

movimento negro, elaborou parecer e exarou resolução, homologada pelo Ministro da Educação, no sentido de orientar os sistemas de ensino e as instituições dedicadas à educação, para que dediquem cuidadosa atenção à incorporação da diversidade etnicorracial da sociedade brasileira nas práticas escolares.

Importante destacar a luta dos movimentos sociais ao criar um conjunto de estratégias por meio das quais os segmentos populacionais considerados diferentes passaram cada vez mais a destacar politicamente as suas singularidades, cobrando que estas sejam cobradas de forma justa e igualitária, exigindo que o elogio à diversidade seja mais do que um discurso sobre a variedade do gênero humano. Nesse sentido, é na escola onde as diferentes presenças se encontram e é nas discussões sobre currículo onde estão os debates sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades dos alunos e alunas.

Na política educacional, a implementação da Lei 10.639/2003, uma das primeiras leis sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, significa estabelecer novas diretrizes e práticas pedagógicas que reconheçam a importância dos africanos e afrobrasileiros no processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população e da republicanização da escola brasileira, essa lei deve ser encarada como parte fundamental do conjunto das políticas que visam à educação de qualidade como um direito de todos e todas.

As alterações propostas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996 pela Lei 10639/2003, geraram uma série de ações do governo brasileiro para sua implementação, visando inicialmente contextualizar o texto da lei. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº. 03 de 10 de março de 2004), onde são estabelecidas orientações de conteúdos a serem incluídos e trabalhados e também as necessárias modificações nos currículos escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino. A Resolução CNE/CP nº 01, publicada em 17 de junho de 2004, detalha os direitos e obrigações dos entes federados frente à implementação da Lei 10639/2003.

¹Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Brasília (DF), 10 de março de 2004.

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Por esse caminho da docência no ano de 2011, tive a oportunidade de retornar a trabalhar no maior colégio da Rede pública Estadual na cidade de Araguari MG, a Escola Estadual Professor Antônio Marques, mais conhecida como o “Estadual”, uma instituição renomada, com o título de Escola Referência no Estado de Minas Gerais. O sonho de todos os pais era de ver os seus filhos estudando nessa escola, a demanda para conseguir uma vaga era extremamente concorrida, sendo necessário priorizarem as vagas por zoneamento, considerando os bairros mais próximos, uma vez que a escola está situada numa região central, localizada na Avenida Minas Gerais número 2273.

Entretanto haviam alunos matriculados de diferentes bairros da cidade, tanto os dos bairros mais próximos da instituição, assim como os das partes periféricas da cidade. A escola possui uma grande estrutura física, com 30 salas de aulas, laboratórios de informática e ciências, quadra coberta com vestiário, com várias turmas dentre os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Nessa oportunidade me foi atribuído trabalhar com 6 turmas do Ensino Fundamental, sendo todas do sexto ano escolar, com cerca de 35 alunos em cada turma. A diversidade étnica racial era contundente em se tratando deste grande contingente de alunos que representam a verdadeira face de nosso país, isso me fez pensar em desenvolver um trabalho que pudesse contribuir com a valorização dos alunos afrodescendentes, de uma maneira que eles pudessem ser vistos, ou ouvidos, assim como atribuir-lhes o resgate da memória e a cultura de seus ancestrais. Nessa condução buscamos não apenas contextualizar os fatos históricos que trazem no seu bojo a escravidão africana no Brasil, mas como essas marcas do passado dialogam com o presente segundo o olhar visto pelos alunos, notadamente os alunos negros.

Confeccionamos para esse trabalho grupos de estudos com monitores mirins responsáveis pelo desenvolvimento e condução dos trabalhos, distribuição dos temas a serem pesquisados com produção de cartazes e apresentação teórica finalizando com uma vídeo aula realizada pelos alunos. Vale ressaltar que os alunos envolvidos nesse projeto demonstraram de forma intensa e verdadeira que é possível alcançar uma sociedade que privilegie o respeito às diferenças, sendo elas étnicas ou culturais.

Os resultados demonstrados pelos alunos na condução dos trabalhos, assim como o envolvimento nas várias etapas da confecção desse projeto, lhes permitiram abrir portas a um novo olhar, com uma ótica formada a partir de uma nova mentalidade gestada a partir do respeito e a promoção da igualdade racial, abordando temas com

ênfase à dignidade humana e à diversidade cultural presente em sala de aula, assim como em toda a sociedade, de forma que venha propor uma reflexão sobre o fim do preconceito racial.

A sincera sensibilidade demonstrada por essas crianças pode ser notada durante toda a apresentação do trabalho, os quais abordaram o tema da discriminação racial com lágrimas e nítidas emoções sentidas como sujeitos e protagonistas de uma nova história, almejando uma sociedade melhor, mais justa e igualitária para todos, considerando o fim das desigualdades sociais e raciais.

Isso me fez perceber que o chão da sala de aula é um terreno muito fértil para trabalharmos com as boas sementes e cultivarmos os bons princípios de forma que valorize as relações étnico-raciais no cotidiano escolar. Os alunos puderam se apropriar de uma nova consciência histórica a partir de um olhar humanizado, que enxerga a dignidade do outro com respeito e solidariedade, sem as mazelas introjetadas no éthos da formação cultural de nossa sociedade, pela preponderância de dominação e exclusão social, que privilegia um modelo eurocêntrico que segrega, divide e diminuem as minorias raciais.

Nessa jornada pedagógica nunca havia experimentado com os alunos um trabalho com um tema que tocasse tão profundo em minha alma e fizesse-me ver e sentir o que eles vislumbram para o seu futuro, acredito que esse chão da sala de aula deve ser preparado para receber essas boas sementes, que devem ser cultivadas com a dignidade humana e o respeito às diferenças étnicas raciais, sendo irrigadas por um sistema de gotejamento, com uma aspersão diária de valores e princípios éticos que podem ser produzidos para o crescimento e a formação de uma sociedade democrática, cidadã e inclusiva.

Trabalhar com os meus alunos as relações étnicas raciais no cotidiano escolar se tornou uma de minhas principais prioridades a serem efetivadas a partir de um novo olhar pedagógico, que esteve voltado para uma reeducação dessas relações. A minha motivação para o mestrado começa problematizando esses fatos que permeiam o universo da educação pública em nossa sociedade, no que tange a presença do aluno negro frente ao modelo político pedagógico vigente.

Entretanto, nesse primeiro momento em que desenvolvemos esse trabalho em um colégio da Rede Pública Estadual de Araguari MG, as barreiras eram visíveis e os muros da “docência” foram levantados contra nós de forma irregular, embora os alunos protagonizassem o espetáculo com o brilho da igualdade e humanidade, a plateia

não aplaudia, pois estavam emudecidos pela negação e a falta do reconhecimento de se despirem do velho fazer pedagógico que mantém a distância da promoção da igualdade social e racial.

Embora nos faltassem apoio e cooperação interdisciplinar, continuamos com essa proposta de trabalhar com esse tema: Memória e Cultura Afrobrasileira, com os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental por três anos consecutivos, quanto aos muros “docentes” erguidos de forma consciente ou inconsciente, eles não me pareceram ser intransponíveis, suas bases podem e devem ser derrubadas, pois lhes faltam o material necessário para a sua permanência e solidez, embora sejam levantados rapidamente sua queda, depende apenas de uma prática pedagógica eficiente que se apropria apenas da dignidade humana a favor das minorias raciais.

Nessa trilha da docência, em 2013 ingressei-me na Rede Pública Municipal de Ensino na cidade de Araguari MG, com a oportunidade de trabalhar o conteúdo de história nos anos finais do Ensino Fundamental no Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso, escola selecionada para o desenvolvimento da pesquisa, a qual levantamos algumas hipóteses para problematizar o conceito que as mães dos alunos negros tem sobre a educação que os seus filhos recebem frente à diversidade étnica racial presente no cotidiano escolar dessa instituição.

Encontramos nesse ambiente escolar um grande contingente de alunos negros, com uma empatia de via significativa, construtiva no diálogo e nas relações interpessoais e intrapessoais. Com essa simpatia calorosa pude sentir o afeto de um público que possui múltiplas virtudes, os quais carregam em sua consciência histórica os desejos que anseiam em seus sonhos de serem protagonistas de sua própria história.

Nessa perspectiva o chão da sala de aula se tornou um campo fértil para que pudéssemos continuar desenvolvendo esse projeto: Memória e Cultura Afrobrasileira o qual havia iniciado na escola da Rede Pública Estadual, os alunos abraçaram essa proposta de trabalho com interesse e dedicação demonstrando empenho, participando de todas as etapas da preparação do projeto, cuja culminância foi o mesmo produto realizado anteriormente na outra escola, a apresentação de um documentário por meio de uma videoaula realizada em todas as turmas do Ensino Fundamental.

Nessa direção problematizar as questões que envolvem as relações étnicas raciais no cotidiano escolar juntamente com os alunos, abriram portas para que esses alunos negros tivessem um olhar diferenciado no que tange os seus direitos, assim como

a sua dignidade humana e inserção em todas as esferas sociais, enquanto ser político, democrático e cidadão.

Nesse sentido esse trabalho pode chamar a atenção de todos os alunos promovendo-lhes uma grande reflexão, sobre pensar a sociedade a partir do que é construído em sala de aula, por meio do diálogo, respeito e compreensão, no tratamento com os demais alunos que integram as minorias raciais, que antes demonstraram estarem alheios a participarem dessa temática, “as relações étnicas raciais” a qual apenas é desenvolvida na semana da consciência negra, assim como discutir sobre sua formação identitária e a defesa dos seus direitos na luta pela promoção da igualdade racial e social.

O resultado desse trabalho alcançou dimensões surpreendentes, deixando os alunos em uma zona de conforto e confiança em suas potencialidades, assim como promovendo a autoestima e a valorização da pluridiversidade cultural, uma riqueza coletiva e subjetiva frente à formação identitária, se sentiram “livres” se reconheceram, se uniram, acreditando que podem e devem ser protagonistas de um mundo melhor.

As relações étnicas raciais desenvolvidas e abordadas nesse trabalho permitiram aos alunos a apropriação de um novo olhar sobre a escravidão africana no Brasil, sendo trabalhado não apenas o martírio desses povos, mas também suas ricas contribuições, valorização e reconhecimento na formação e composição da sociedade brasileira, permitindo aos alunos negros expressarem suas particularidades, se sentirem honrados e dignos frente a tantos estereótipos que ainda permanecem presentes em sua jornada educacional e social.

Toda essa trajetória ao longo dos últimos anos em que tive a oportunidade de desenvolver esse projeto com os meus alunos em escolas públicas da Rede Estadual e Municipal da cidade de Araguari MG, fez-me refletir sobre o que as mães dos alunos negros esperam da educação que os seus filhos recebem e quais são as suas principais indagações frente as práticas educativas arroladas no cotidiano escolar no que tange a memória e cultura afrobrasileira.

Compreende-se que a educação da sociedade brasileira em sua trajetória se constituiu nos moldes da valorização do branqueamento da população, caracterizada por uma estética, hábitos e valores “superiores” dentro dos princípios eugênicos que contribuíram para a formação de uma identidade fundamentada na hierarquia racial, estabelecendo divisores de águas na esfera educacional que dificultaram a inserção das novas identidades geradas pelas relações étnico raciais.

O currículo educacional em sua prática educativa precisa ser redimensionado e flexibilizado dentro de uma perspectiva inclusiva e participativa de forma que venha alcançar a pluridiversidade étnico cultural presente na construção da sociedade brasileira. Apesar de expressivos avanços, como a lei 10639/2003 e a 11645/2008 em que a temática da participação da população negra e indígena foi colocada como conteúdo escolar, a memória e o exercício de valorização do passado de determinados grupos populacionais brasileiros, notadamente os afro-brasileiros ainda é feito de forma desequilibrada, desigual e excludente.

Nessa problemática frente à reeducação das relações étnicas raciais, nossas indagações nos levam a refletir sobre a forma em que a memória e a cultura afro-brasileira vêm sendo trabalhada no cotidiano escolar no Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso e analisarmos como os alunos se apropriam dessa consciência histórica, embora haja uma legislação vigente que traz aparentemente uma seguridade para a população negra no Brasil, vemos que ainda a mesma não vem sendo entendida ou reconhecida no currículo educacional como um mecanismo que promove a igualdade e a dignidade racial desses povos. Nesse sentido Nilma Lino Gomes (2003, p. 70), vem afirmar que:

As teorias racistas presentes no cotidiano escolar e na sociedade não surgiram espontaneamente, nem são meras transposições de pensamento externo. Elas sofrem um processo de retroalimentação, e terminam por legitimar o racismo presente no imaginário social e na prática social e escolar.

Nas palavras de Nilma Lino Gomes percebemos a ineficácia do fazer pedagógico e sua inércia frente ao modelo de ensino difundido no currículo escolar o qual deveria romper com ardilosos paradigmas educacionais, os quais foram forjados nos moldes para legitimar e atender os interesses dos grupos dominantes que mantêm a pretensa ideologia de subjugar as minorias raciais que correspondem a grande parte da sociedade brasileira, notadamente a população afrobrasileira.

Nessa trama de espoliação que caracterizam esses sujeitos históricos identificamos no fazer pedagógico e no cotidiano escolar a supressão dos direitos à memória e ao resgate da cultura que identifica sua ancestralidade e a formação identitária da população negra, haja vista que as práticas educativas voltadas para esse público estão carregadas e alimentadas por um fermento cujo levedo atinge de forma consciente ou inconsciente a reprodução de um modelo de sociedade padrão que coloca

em detrimento a valorização e a importância dos afrodescendentes em todas as esferas públicas e sociais de nossa sociedade.

Valorizar esses sujeitos históricos em toda a sua trajetória que fundamentam a formação da nação brasileira se faz necessário nessa pesquisa, uma vez que a memória desses povos foi esquecida e suas vozes continuam sendo silenciadas pela opressão de um sistema de ensino falho, excludente e discriminatório, que persegue as minorias raciais, culpando-os pelas mazelas sociais, invertendo-se valores que ferem a moral e dignidade desses povos, assim como a de nossos alunos.

Validar essa memória a qual foi entenebrecida pela hierarquia racial nos permite resgatar os princípios fundamentais que caracterizam a formação identitária dos nossos alunos negros que estudam no Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso em Araguari MG, as entrevistas com as mães nos aproxima de suas vivências, de suas aspirações e da forma que os seus filhos são vistos no ambiente escolar, notadamente como eles se veem e se sentem nesse espaço educacional. Nas palavras de Nilma Lino Gomes (2003, p. 174), podemos analisar:

Mas como a escola lida com o corpo negro, o cabelo crespo e a cultura negra? Como as crianças, adolescentes, jovens e adultos negros são vistos e se veem na escola? Para respondermos a essas questões teremos que nos aproximar dos homens e mulheres negras que já passaram pela escola e também daqueles que ainda estão realizando a sua trajetória escolar e escutar, atentamente, o que eles têm a nos dizer.

Segundo Nilma Lino Gomes é importante analisarmos como estão sendo desenvolvidas as relações étnicas raciais no cotidiano escolar para que possam apreender ações valorativas com práticas educativas que promovam o respeito à pluridiversidade cultural presente em sala de aula, de forma que venha desenvolver uma nova reeducação dessas relações que envolvem as minorias raciais.

Nessa direção dialética encontramos as mães dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso, as quais contribuíram nessa pesquisa de forma que puderam nos ajudar a responder algumas de nossas indagações que fazem parte da problemática que caracteriza e destaca as relações étnicas raciais no processo diário de ensino e aprendizagem no ambiente escolar dessa instituição de ensino na cidade de Araguari MG.

Preencher as lacunas que permeiam o imaginário dos alunos negros no cotidiano escolar frente à sua inserção nesse universo educacional causam-lhes alguns traumas que nem sempre podem ser entendido por eles, apenas sentido ou devidamente aceitos pela inércia empreendida nesse processo de formação social que privilegia um modelo de educação excludente, notadamente contra as minorias raciais difundidas em diversas escolas públicas, assim como na cidade de Araguari MG.

Buscamos problematizar esse olhar visto de baixo, visto por essas mães dos alunos negros, cujas vozes são silenciadas a cada dia pela imposição de um modelo educacional excludente que contribui com a permanência dos divisores de águas, que fere a dignidade da população afrodescendente, que sentem no coração e na alma as injúrias, as injustiças raciais, os medos e as frustrações que os seus filhos vivenciam nesse universo educacional, validar suas vozes significa conhecer os seus sonhos, aspirações e o modelo de educação que os seus filhos possam receber, assim como para as futuras gerações.

Privilegiamos nessa pesquisa o termo ¹ minorias raciais, com ênfase aos grupos étnicos que sofrem diversos tipos de discriminação, notadamente a população negra do Brasil. Contudo, sociologicamente, não são consideradas uma minoria, nesse sentido o termo apresentado está mais direcionado aos fatores sociais, do que ao número de pessoas que constitui um segmento da sociedade.

Nesse sentido destacamos o racismo como uma doença na sociedade brasileira, que afeta e atinge o cotidiano escolar de vários alunos negros, ressaltamos que essa abordagem não se aplica à uma patologia clínica, apenas consideramos que o ² preconceito racial é uma doença insidiosa, moral e social que afeta os povos e as populações de todo o mundo. É diagnosticada pela catalogação dos seus vários sintomas e manifestações que incluem o medo, a intolerância, a separação, a segregação, a discriminação e o ódio. Apesar de todos estes sintomas de preconceito racial serem manifestados, a única causa subjacente do preconceito racial é a ignorância.

¹ Minorias são grupos marginalizados dentro de uma sociedade devido aos aspectos econômicos, sociais, culturais, físicos ou religiosos (...). Porém, o termo não deve ser associado a grupos em menor número em uma sociedade, mas, sim, ao controle de um grupo majoritário sobre os demais, independente da quantidade numérica.

ARENDR, Hannah. Compreender: Formação, Exílio e totalitarismo. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

² GELEDÉS Instituto da Mulher Negra fundada em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira.

<https://www.geledes.org.br/racismo-uma-doenca-causada-pela-ignorancia/>

O presente trabalho de pesquisa encontra-se dividido em três (3) capítulos básicos que referencia a Memória e a Cultura Afrobrasileira nas Vozes Silenciadas, assim como a busca pela nova reeducação das relações Étnico-Raciais no cotidiano escolar dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG. Sendo os mesmos: Capítulo (1) Alunos negros no contexto sóciopolítico pedagógico, Capítulo (2) Consciência histórica e formação identitária no cotidiano escolar e no Capítulo (3) A escola e a obrigatoriedade da nova legislação.

Os capítulos estão conectados entre si dando uma visão ampla do tema abordado, contribuindo para discorrer com uma análise investigativa sobre as práticas educativas desenvolvidas nessa instituição de ensino e analisar como se processa as relações étnicas raciais que envolvem as minorias raciais nesse universo educacional, notadamente o olhar visto de baixo pelas mães dos alunos negros que integram essa comunidade escolar.

No primeiro capítulo, levantamos algumas considerações importantes que envolvem a presença das minorias raciais nos espaços sociais e educacionais, evidenciando a difícil problemática enfrentada pelos afrodescendentes pela sua afirmação social e racial, enquanto sujeitos de sua própria história, dignidade humana e formação identitária.

Nessa condução apresentamos alguns dados estatísticos para inquirirmos e analisarmos as possíveis informações que destacam os índices que marcam a trajetória, e a presença dos afrodescendentes nos espaços públicos e privados na cidade de Araguari MG, assim como a sua posição frente a esses estratos sociais e econômicos.

Objetivamos destacar também a importância de desenvolvermos práticas pedagógicas valorativas e emancipadora, que possam ser apropriadas e desenvolvidas de forma que venha romper com os paradigmas que legitimam os interesses dominantes que apresentam uma educação engessada, desigual e excludente, que fere a dignidade humana dos alunos afrodescendentes do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG.

No segundo capítulo, buscamos trazer visibilidade ao tema, através das entrevistas realizadas com as mães dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, problematizando sobre as práticas educativas arroladas no cotidiano escolar dessa instituição de ensino, assim como validar essas vozes silenciadas no palco educacional, considerando suas

experiências, expectativas e as implicações necessárias para a formação de uma nova consciência histórica a partir do seu olhar visto de baixo, notadamente dessas mães que buscam reconhecimento, valorização identitária e dignidade humana.

No terceiro capítulo, nossas indagações nos levaram a avaliar e analisar as práticas educativas desenvolvidas no ambiente escolar do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG e inquirir nas entrevistas com as mães dos alunos negros dessa instituição de ensino, como que essas práticas dialogam com a implementação da nova legislação, a lei 10639/2003.

Nessa direção questionamos os possíveis avanços no que tange as relações étnicas raciais no espaço escolar a partir da obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira”, assim como analisar como que se processa essa temática nas práticas educativas e avaliar de que forma está sendo apropriada pelos alunos e pela comunidade escolar, notadamente pelas famílias negras.

CAPÍTULO 1

Alunos negros no contexto sóciopolítico pedagógico

A reeducação das relações étnicas raciais que buscamos nessa pesquisa nos levou por um caminho de muitas leituras e reflexões, de forma que pudéssemos alcançar as respostas de algumas de nossas principais indagações no que tange a presença dos alunos negros no ambiente escolar.

Nesse sentido nos apoiamos em alguns trabalhos já produzidos por Nilma Lino Gomes, como Educação Raça e Gênero (2003), Superando o Racismo na Escola de Kabengele Munanga (2005), para tentarmos decifrar essa trama que representa alguns espaços educacionais que envolvem a produção de conhecimentos, notadamente um novo fazer pedagógico que possa atribuir às minorias raciais sua dignidade humana, assim como os mecanismos que assegurem à população negra a promoção da igualdade racial de forma significativa e valorativa.

Nesse caminho percorrido pela pesquisa pela busca da reeducação das relações étnicas raciais no cotidiano escolar percebemos a importância de desvelarmos esse tema e a relevância de suas contribuições para futuros trabalhos, de forma que possamos estabelecer uma compreensão dos sujeitos envolvidos nesse cenário da espoliação no que tange a expropriação de sua dignidade humana, notadamente dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, espaço educacional onde seus interlocutores deveriam promover e assegurar uma prática educativa com o mesmo trânsito da igualdade e oportunidades, frente a diversidade cultural presente em sala de aula, assim como as particularidades atribuídas à sua formação identitária. Nas palavras de Nilma Lino Gomes (2003, p. 171), podemos considerar que:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos nos processos de formação de professores, sobre a importância da diversidade cultural?

É relevante destacar que alguns valores sociais e culturais, os quais as minorias raciais se inserem no ambiente escolar não são verdadeiramente democratizados, haja vista que a lógica do capital está atrelada à formação educacional, de forma que não se permite a esses sujeitos, notadamente os alunos negros uma conscientização libertadora das algemas da exploração que sempre coloca em supressão os seus valores étnicos culturais, não abrindo as portas a esses indivíduos para sua inserção enquanto ser político humanizado e harmonizado socialmente.

Nessa direção buscar desenvolver uma prática pedagógica emancipadora e eficiente, nos propõem uma reflexão e uma análise dos espaços de disputas que ocorrem no cotidiano escolar dessa instituição de ensino selecionada para a pesquisa, no que tange as suas relações étnicas raciais, as quais nos remetem a pensarmos em uma nova consciência histórica inclusiva e valorativa, que não coloque em detrimento a formação identitária dos nossos alunos negros, assim como a sua dignidade humana.

Romper com os valores que legitimam os interesses dominantes que apresentam um modelo de educação engessado, desigual e excludente é um caminho que devemos trilhar nessa jornada pedagógica para desvencilharmos essa construção social desigual impregnada no éthos de sua formação no que tange o pensamento educacional europeu, cuja discriminação racial se faz presente na constituição e na formação da sociedade brasileira, assim como os povos colonizados e subjugados, notadamente a população negra no Brasil que carregam esses estigmas da desigualdade, colocando em detrimento a valorização de sua formação identitária.

Nas palavras de Jörn Rusen (2007, p. 49),

A identidade forma-se, nesse discurso, como enraizamento das formas sociais tradicionais da subjetividade em atitudes, motivações e modelos de percepção e interpretação profundamente inseridos nas mentalidades. Histórias desse tipo funcionam como formadoras de identidade, na medida em que interpelam seus destinatários a reproduzir modelos de comportamento.

A educação institucionalizada que compõe uma lógica da formação para a dominação ainda continua re/produzindo uma didática que possa atender as normas estipuladas que julgam os órgãos competentes serem necessárias para alcançar os níveis satisfatórios do IDEB, assim como treinar o aluno para o vestibular e o ENEM (Exame Nacionais do Ensino Médio), formar o profissional tem sido a maior preocupação das instituições de ensino, haja vista a sua relevância, entretanto formar o caráter do

cidadão, gestando uma nova mentalidade nos alunos torna-se também imprescindível para a luta da promoção da igualdade social e racial de nosso país.

A cidade de Araguari (MG) no que tange o modelo educacional implantado não se distancia dessa mesma perspectiva política e pedagógica para a promoção dos melhores índices de resultados das varias avaliações existentes no país de acordo com as suas metas estabelecidas, isso nos remete a indagarmos e pensarmos em que medida o sistema educacional brasileiro tem se preocupado em assegurar a dignidade humana dos nossos alunos, frente à pluridiversidade étnica e cultural presente em sala de aula, cujas desigualdades se manifestam notoriamente. A esse respeito Angélica Alves Bueno (2016, p. 74), vem dizer que:

As práticas dos professores e gestores, com as políticas educacionais, se centram em modelos em que são contemplados conteúdos de Matemática e de Língua Portuguesa. Nesse sentido, o que é ensinado nas escolas públicas brasileiras é padronizado. A preocupação, por parte dos poderes públicos na direção de aumentar os índices no IDEB, leva à adoção de uma lógica na qual são evidenciadas escolhas e que demonstram negligências por parte do sistema formativo.

Estabelecer prioridades que privilegiam apenas dois conteúdos como expoentes principais para obter os melhores índices de aprendizagem não entram em consonância com as demais disciplinas que integram esse processo de ensino e aprendizagem, como a história que pode com o seu conteúdo, abrir novas perspectivas para análise dos sujeitos históricos, para a apropriação de um entendimento compreensível a partir de um diálogo que possa através da interdisciplinaridade contribuir não apenas para a produção de conhecimentos, mas também para promover o fim das desigualdades sociais e raciais.

Atender uma meta estabelecida pelo currículo nacional tem sido a maior preocupação do sistema educacional brasileiro preparando os alunos para serem avaliados, vale ressaltar que também é relevante avaliar em que medida a educação caminha de maneira que possa atingir o humano em sua dignidade subjetiva e valorativa. Exteriorizar esses valores identitários é permitir aos educandos, assim como as minorias raciais se reconhecerem enquanto sujeitos e partícipes de uma sociedade democrática, inclusiva e cidadã.

Nessa lógica educacional equalizar as práticas pedagógicas para assegurar a dignidade humana é garantir o pleno desenvolvimento e consolidação da cidadania e

alcançar de maneira consistente uma educação emancipadora que se conecta a essas minorias raciais, notadamente aos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso da cidade de Araguari MG, de forma que lhes deem voz de liberdade e igualdade para estes que são silenciados pela sua posição em que se encontram nos seus estratos sociais e culturais. Nas palavras de Angélica Alves Bueno (2016, p. 79),

O Estado apropria-se da educação escolar enquanto um bem que deveria libertar os sujeitos no sentido de torná-los autônomos. Daí coloca a educação escolar no centro do processo como alternativa para o desenvolvimento da economia. Assim, retira dos sujeitos sua autonomia de desenvolver suas potencialidades, na medida em que o ensino escolar público passa a ter como objetivo treinar alunos/as para realizar as avaliações externas e alcançar bons lugares no ranking do IDEB.

Segundo a Angélica Alves Bueno o papel do estado frente ao modelo educacional vigente se distancia e muito de uma prática de ensino emancipadora e valorativa, que reconheça a pluridiversidade cultural presente no ambiente escolar, assim como promover o respeito à diversidade étnica racial, alcançar esses sujeitos em sua dignidade e subjetividade lhes permitem desenvolver suas potencialidades de forma crítica e autônoma.

Nessa direção é interessante avaliarmos de que modo a educação tem se tornado um veículo condutor para atender os ideais do sistema capitalista, pode-se analisar que o modelo educacional vigente tem sido o principal coadjuvante que viabiliza os mecanismos de re/produção com um processo metodológico consciente gestado pelo capital na esfera da circularidade econômica.

Nas palavras de Istvan Mezaros (2007, pag. 108),

Poucos negariam hoje que a educação e os processos de reprodução mais amplos estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.

Uma educação valorativa e emancipadora podem ser reconhecidas quando vemos ações afirmativas que desenvolvem projetos políticos pedagógicos que abordam temas relevantes que contemple a humanidade em sua diversidade de forma que prepare

os sujeitos desse palco educacional para serem os protagonistas de uma sociedade democrática e cidadã na condução do bem comum para a transformação do homem em um ser humanizado.

Nessa direção encontram-se os alunos afrodescendentes do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso da cidade de Araguari MG, os quais foram identificados nas entrevistas com as mães no decorrer da pesquisa, estando inseridos nessa trama do desconforto das desigualdades sociais e raciais alheios aos seus sonhos e objetivos, por ser a maior cota explorada e expropriada da sua identidade, valores e dignidade, vistos apenas como meros humanos usados para ganho para atender a lógica do capital. Nas palavras de Angélica Alves Bueno (2016, p. 108),

Não podemos desconsiderar as características culturais de homens e mulheres que gestam diversificados “sonhos” para os/as filhos/as, que são sujeitos dotados de consciência histórica diversificada. Entretanto, esses são irrelevantes para o modelo econômico no qual o conjunto de estratégias educacionais bem como os testes internacionais baseia seus pressupostos e objetivos, Ignoram-se as particularidades, violentam-se os sonhos dos sujeitos, em nome do sistema econômico, em nome do capital e de tudo o que lhe diz respeito. Há que se considerar que “a política econômica é incapaz de perceber o que não é quantificável, ou seja, as paixões e as necessidades humanas, o que é subjetivo, afetivo, livre e criador é ignorado”.

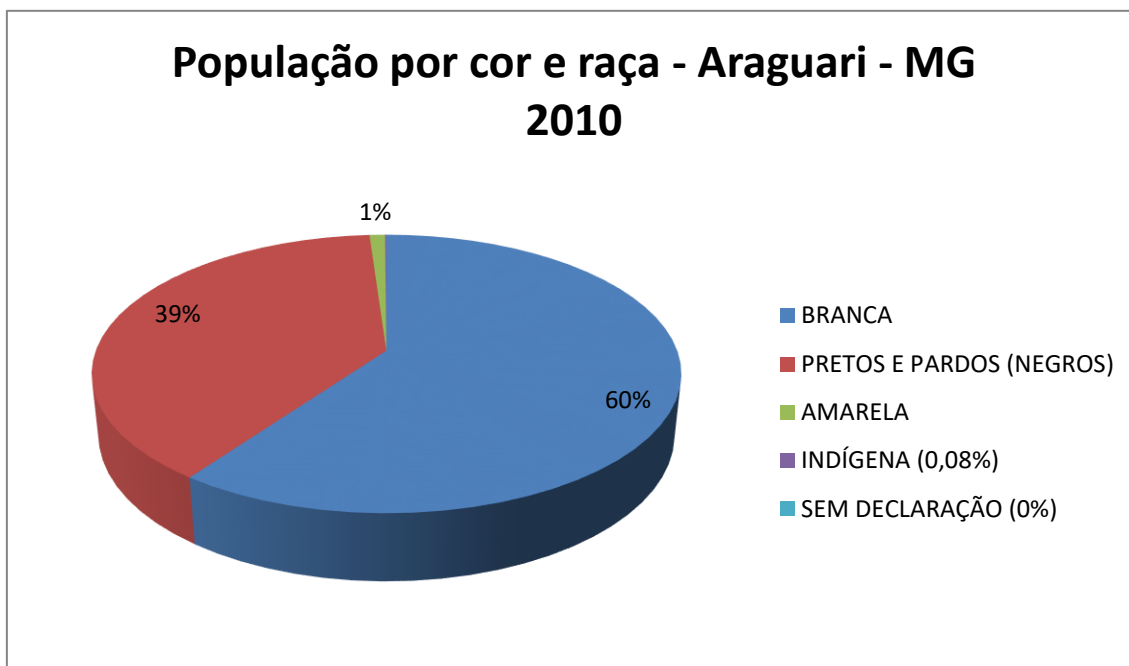
Assim vemos a necessidade de estabelecermos através da pesquisa um dialogo com as minorias raciais na cidade de Araguari MG, notadamente as mães dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso, as quais estão inseridas nesse universo de disputas e lutas por afirmação e valorização de sua formação identitária, de forma que as oportunidades oferecidas na sociedade sejam para todos na mesma via da democracia cidadã, assim como na esfera política, econômica e social.

Identificar os conflitos vividos pela diversidade racial presente no cotidiano escolar dos alunos negros dessa instituição de ensino da cidade de Araguari (MG), torna-se relevante para se estabelecer as diretrizes assertivas para compreensão e reflexão das dificuldades e barreiras enfrentadas pelos afrodescendentes no cenário educacional desenvolvendo praticas pedagógicas que promova uma nova reeducação das relações étnicas raciais.

A formação da consciência histórica identitária da população negra da cidade de Araguari (MG) nos levam a inquirir algumas estatísticas para analisarmos os índices

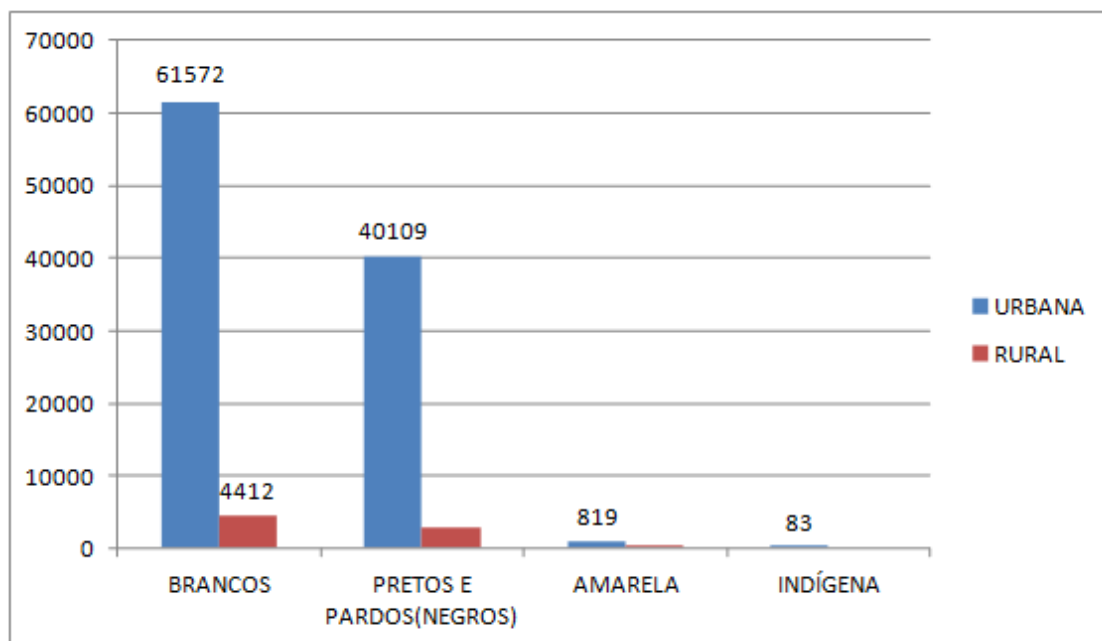
que marcam a trajetória e a presença desses povos nos espaços públicos e privados no que tange a sua inserção social e econômica.

Destacamos então algumas estatísticas que certamente potencializarão debates sobre a promoção da igualdade racial no município de Araguari MG.



Este gráfico indica a porcentagem da população por cor e raça segundo os dados do IBGE coletados em 2010 na cidade de Araguari MG. A estatística demonstra uma porcentagem de 60% para a população branca, uma porcentagem de 39% para a população entre pretos e pardos e uma porcentagem de 1% para a população amarela. População, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio Araguari 2010.

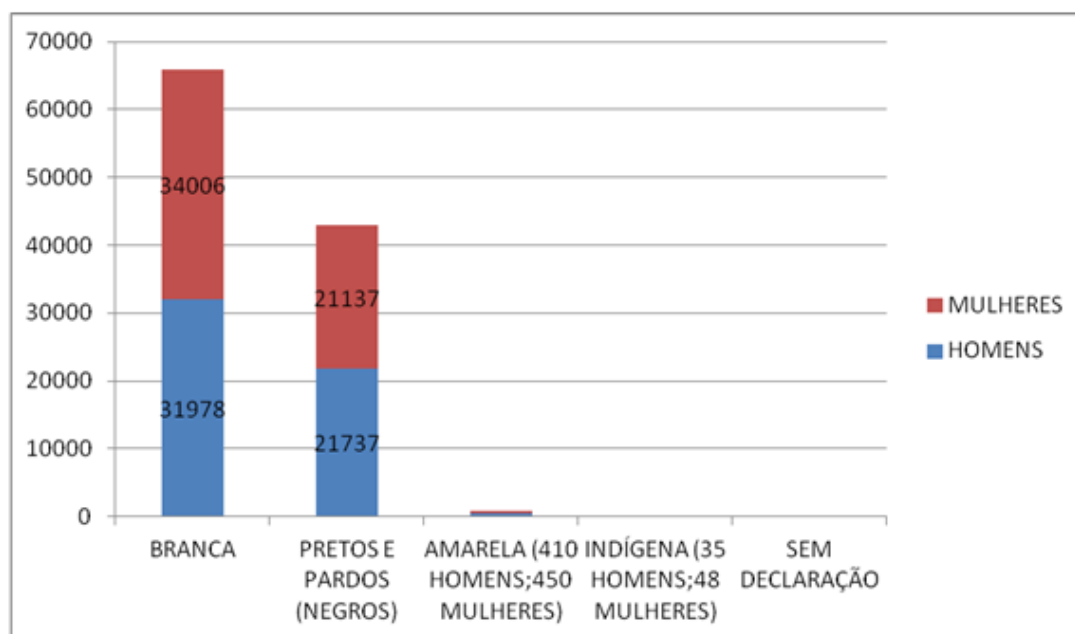
População, por cor ou raça, segundo a idade – Araguari MG 2010.



Este gráfico demonstra que cerca de 61.572 pessoas brancas residem em domicílio na área urbana de Araguari. Vemos também que 4.412 pessoas brancas residem em área rural. Já 40.109 pessoas pretas e pardas (negros) residem na área urbana e 2.765 na área rural. 819 pessoas amarelas residem na área urbana e 41 na área rural e 83 indígenas na área urbana.

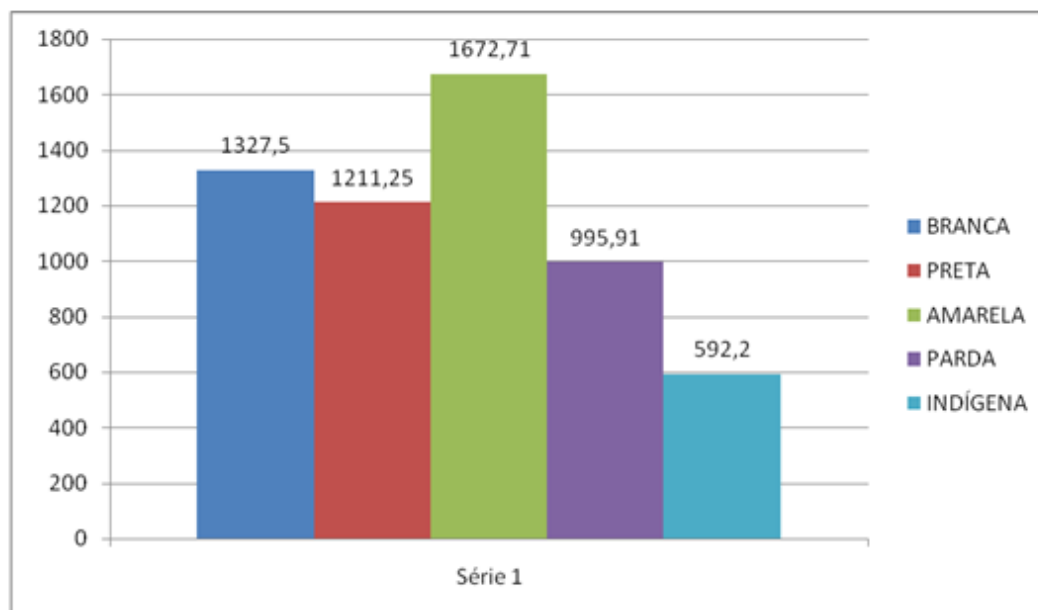
Demonstra também que a população, por cor ou raça, segundo a idade que predominava em 2010 de cor branca é de 20 a 24 anos, e a que menos predominava da cor branca é de 65 a 69 anos, enquanto que as de cor preta e parda (negros), a idade predominante é entre 25 a 29 anos, e a idade menor predominante é entre 65 a 69 anos.

População, por cor ou raça, segundo o sexo Araguari 2010.



Este gráfico mostra que a população de mulheres brancas é maior que a dos homens brancos, sendo 34.006 (mulheres brancas) e 31.978 (homens brancos). Ambos são maiores que a população dos pretos e pardos (negros). Sendo uma porcentagem de 21.137 para as mulheres preto-pardas, e uma porcentagem de 21.737 para os homens.

Valor do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor e raça em Araguari – 2010.



Este gráfico mostra que o maior valor de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais da cidade de Araguari MG é da população de cor amarela com cerca de 1672,71 Reais, seguida pela população de cor branca com o rendimento mensal com cerca de 1327, 5 Reais, a população de cor preta apresenta um rendimento mensal com cerca de 1211,25 Reais, a população de cor parda com o rendimento mensal com cerca de 995,91 Reais e a população indígena com o rendimento mensal com cerca de 592,2 Reais.

Nessa análise podemos perceber que os indicadores demográficos são desfavoráveis na perspectiva socioeconômica entre a população dos pretos e pardos (negros), assim como a população indígena na cidade de Araguari (MG), demonstrando os grandes abismos que separam essas minorias raciais de sua dignidade cidadã e identitária, marcadas pelas desigualdades sociais no que tange suas condições de vida e aspirações socioeconômicas educacionais.

Partindo dessas considerações é importante destacar a distância em que se encontram a população negra na cidade de Araguari (MG) em relação a sua posição social, assim como analisar seus enfrentamentos na busca pela promoção da igualdade racial, afirmação identitária e inclusão igualitária.

Avaliar em que medida a nossa sociedade tem contribuído pela permanência dessas minorias raciais nesses estratos sociais de desigualdades, e investigar qual tem

sido o papel da escola, e de seus educadores frente às práticas educativas desenvolvidas no cotidiano escolar quando abordam a temática da diversidade racial, torna-se imprescindível para responder algumas de nossas principais indagações.

A esse respeito Vera Neusa Lopes (2001, P. 189), vem dizer que:

A escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com essa necessidade de mudança, e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente.

Despertar a sensibilidade humana e consciente de nossos professores e gestores escolares de forma que o fazer pedagógico seja norteado com os mais puros princípios éticos e étnicos na formação da consciência histórica identitária da população afrodescendente brasileira, assumindo posturas que validam o legado desses povos na constituição e formação da sociedade Brasileira é um caminho a ser trilhado por todos.

A Reeducação das Relações Étnicas Raciais precisa ser apropriada por toda a sociedade brasileira de forma coletiva e igualitária, e que possa proporcionar à efetivação de políticas públicas responsáveis e reparatórias que viabilizem todas as ferramentas disponíveis e capazes para assegurar a toda à população negra os seus direitos, e a sua inserção social, democrática e cidadã.

Os dados estatísticos nos oferecem objetivamente a visibilidade dessa injusta realidade brasileira:

- As mulheres negras estão em piores condições quanto à realização de exames preventivos a de pré-natal. Entre as mães brancas, 70,1% realizaram sete ou mais consultas, enquanto entre as negras o número é de 42,6%.
- A população negra e parda tem mais dificuldades em acessar o Sistema Único de Saúde (SUS) que a branca e , quando consegue atendimento, é negligenciada.
- Além da renda baixa, a parcela da população em extrema pobreza não tem acesso a serviços públicos, como água encanada, coleta de esgoto e energia elétrica. Estima-se, por exemplo, que mais de 300 mil casas não estejam ligadas á rede de energia elétrica (IBGE\IPEA).
- Os negros são maiores vítimas de agressão por parte de polícia: em 2009, 6,5% dos negros que sofreram uma agressão tiveram como agressores policiais, contra 3,7% dos brancos.

- 16,2 milhões brasileiros, o equivalente a 8,5 % da população do país, vivem em situação de extrema pobreza, com uma renda per capita de até R\$70,00 por mês , ou pouco mais de R\$2,00 por dia. Desse total, 70,8% são afrodescendentes e 50,9% têm ,no máximo,19 anos de idade.
- Os negros e pardos estão mais vulneráveis em relação á segurança alimentar, possuem maior defasagem escolar e recebem menor número de aposentadorias e pensões da Previdência Social.
- Nos anos 2006 e 2007, das 96 mil pessoas assassinadas no Brasil, 63% eram pretas ou pardas. Em 2007, o número de assassinatos entre as mulheres negras era 41,3% superior ao observado entre as mulheres brancas.
- Em 2007, a cada 100 mil nascidos vivos, 55 mulheres morreram em decorrência de problemas relacionados á maternidade. As mulheres negras representavam 59% desse total.
- A média de anos de estudo de afrodescendentes passou de 3,6 anos para 6,5 entre 1988 e 2008, e a taxa de crianças pretas e pardas na escola chegou a 97,7%.
- Em 2008 quase a metade das crianças afrodescendentes de 6 a 10 anos estava fora da série adequada, contra 40,4 das brancas. Na faixa de 11 a 14 anos, o percentual de pretos e pardos atrasados subia para 62,3%. Esse resultado contrasta com avanços nos últimos 20 anos.

A realidade das condições de vida e saúde das mulheres negras no Brasil é um fato que precisa ser corrigido em tempo hábil, pois os dados informados apontam para uma grande negligência e desumanidade que marcam uma enorme distância em que se encontram as minorias raciais que são carentes de um atendimento médico hospitalar com dignidade e igualdade.

Nessa direção encontramos a população afrodescendente na cidade de Araguari MG que integram esse processo de lutas por políticas afirmativas de inclusão e reconhecimento do seu status sócio cultural de forma justa e segura sem os estereótipos da desigualdade mais com o devido respeito pela valorização da diversidade étnica racial que constitui a verdadeira democracia cidadã.

Até quando a nossa sociedade será omissa em se calar diante de tamanha injustiça contra a população negra de nosso país? Como permitir a falta de atendimento médico, e adequado para uma mulher negra que precisa fazer um pré-natal? A

desigualdade racial e social começa desde quando uma criancinha está sendo gestada, cujos direitos já lhes são negados antes mesmo de nascer.

Romper com o cordão umbilical que liga a nossa sociedade ao racismo torna-se um procedimento cirúrgico vital para que não seja mais nutrida pelos estereótipos que marginalizam a população negra em sua formação biológica e social, a assepsia contra os germes patogênicos do preconceito racial devem ser realizadas no fazer pedagógico para que essa doença seja totalmente erradicada. Nessa direção diagnóstica Joaquim Barbosa (2007, p. 52), vem dizer que:

As ações afirmativas constituem, pois, um remédio de razoável eficácia para esses males. É indispensável, porém, uma ampla conscientização da própria sociedade e das lideranças políticas de maior expressão acerca da absoluta necessidade de se eliminar ou de se reduzir as desigualdades sociais que operam em detrimento das minorias, notadamente as minorias raciais. E mais: é preciso uma ampla conscientização sobre o fato de que a marginalização socioeconômica a que são relegadas as minorias, especialmente as raciais, resulta de um único fenômeno: a discriminação.

Nessa perspectiva de análise preventiva e diagnóstica identificamos que alguns seres humanos carregam em seu DNA histórico os principais vetores que possuem o gene da discriminação racial. Como se trata de uma doença hereditária cuja contaminação das desigualdades sociais e raciais começa com a chegada dos Europeus na terra dos nativos de Pindorama e que se estenderam aos povos Africanos trazidos como escravos durante a formação da colônia brasileira.

Os germes transmissores do preconceito racial precisam ser atenuados no laboratório da sala de aula de forma que possa ser produzida a imunização das minorias raciais que sofrem com as desigualdades sociais e raciais. Os agentes patogênicos responsáveis por todas as práticas de racismo serão esterilizados a partir de um novo fazer pedagógico e com uma profilaxia que seja apropriada por todos.

Acreditamos que as vacinas serão eficientes quando forem utilizadas de forma correta e aplicadas no tempo certo de acordo com o cartão da dignidade humana de todos os povos que caracterizam o cotidiano escolar e a reeducação das relações étnicas raciais presente em sala de aula. A esse respeito Carlos Moore Wedderburn (2007, p. 324-325) vem destacar que:

O amor próprio, a autoestima, o respeito de si, ou seja, a dignidade humana corresponde ao que o ser humano tem de mais essencial e

singular. É precisamente, essa parte mais profunda do ser humano – o pivô de sua existência – que o racismo atinge, fere e destrói. O racismo é deste ponto de vista, um crime contra a humanidade. Um crime contra a espécie humana, cometido de forma permanente e voluntária, contra todos os integrantes de uma determinada população-alvo. O racismo é um fator desestruturante na sociedade, pois gera patologias, das quais ninguém escapa, tanto no segmento dominado quanto no segmento dominador. Na população-alvo, ele destrói a autoestima e conduz a uma desconexão psicológica com a sociedade como um todo, propiciando o surgimento de indivíduos cuja identidade destruída os lança num terreno baldio onde podem frutificar atitudes antissociais.

Nessa direção pela busca da reeducação das relações étnicas raciais no cotidiano escolar vemos a necessidade de combatermos a ideologia racista presente no éthos pedagógico que vem perpassando todo o período da carreira docente do magistério até a licenciatura, de forma que esse ciclo vicioso da discriminação racial atinjam as minorias excluídas, notadamente as minorias raciais em todo o seu universo, impossibilitando-os de romperem com essas fronteiras ideológicas que os inferiorizam e os diminuem em todos os espaços sociais e econômicos.

A Reeducação das relações étnicas raciais no cotidiano escolar dos alunos dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da cidade de Araguari (MG) é um caminho que estamos perseguindo nessa pesquisa em busca de uma análise vista pelas mães dos alunos negros no que tange a educação que os seus filhos recebem em sala de aula, e as implicações causadas pela presença desses alunos no ambiente da escola.

Nessa direção problematizamos se houve mudanças significativas no cotidiano escolar com a aplicação da lei 10639/2003 que estabelece a obrigatoriedade sobre o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira”, e analisar como os alunos tem recebido essa temática, e de que forma ela tem sido apropriada nas práticas educativas e em quais conteúdos ela tem sido trabalhada, constituindo-se uma de nossas principais investigações de acordo com o olhar visto pelas mães dos alunos Afrodescendentes.

Esse olhar visto de baixo pelas mães dos alunos negros é uma das formas que propomos na pesquisa para identificarmos quais são as imbricações que surgem no cotidiano escolar, as quais atingem a autoestima e a dignidade dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso da cidade de Araguari (MG) causando-lhes um sentimento de inferiorização frente às múltiplas linguagens que carregam os estereótipos do preconceito racial.

A esse respeito Vera Neusa Lopes (2001, P. 187), vem dizer que:

É preciso insistir sempre que a sociedade brasileira é preconceituosa e discriminadora em relação à sua população. Em decorrência, o modelo de educação não tem sido inclusivo, ainda quando permita a entrada de todos na escola. Todos entram, ou a maioria entra, mas nem todos saem devidamente escolarizados, aptos a enfrentar a vida como verdadeiros cidadãos. A instituição escolar precisa desenvolver programas que, reconhecendo as diferenças e respeitando-as, promovam a igualdade de oportunidades para todos, o que se traduz pela oferta de escola de qualidade.

As vozes dos alunos negros continuam sendo silenciadas ao longo da trajetória de ensino e aprendizagem, os espaços pedagógicos e as práticas educativas fossilizam a sua inserção escolar e social deixando-os às margens de seus direitos. Entretanto suas almas ecoam por justiça em cada olhar, em cada gesto e nas lágrimas derramadas que aspiram por uma educação valorativa e emancipadora que promova o reconhecimento de sua dignidade e a busca da humanização da igualdade racial.

O fosso das desigualdades sociais e raciais que atingem a população negra no Brasil ainda continua profundo e as pontes de acesso à cidadania racial nem sempre estão pavimentadas pela justiça social, são poucas as oportunidades para essas minorias raciais alcançarem sua dignidade com igualdade, pois as ferramentas utilizadas nas práticas educativas reproduzem o distanciamento da igualdade racial, alargando esse fosso da separação em lugar de estreitá-lo, frente a todos os caminhos que possam conduzir a inserção política e social da população afrodescendente no Brasil.

A reeducação das relações étnicas raciais é um caminho que deve ser trilhado por todos com consciência histórica e com consciência humana de forma que a apropriação dos fatos históricos que trazem à memória toda a trajetória da população negra no Brasil seja conscientemente entendida e reconhecida para que se possa apreender novas práticas educativas de reconhecimento e valorização sobre a importante participação desses povos na formação da nossa sociedade.

Nas palavras de Nilma Lino Gomes (2003, p. 173), podemos ver que:

Compreender a complexidade na qual a construção da identidade negra está inserida, sobretudo quando levamos em consideração a corporeidade e a estética, é uma das tarefas e desafios colocados para os educadores. Deveria, também, ser uma das preocupações dos processos de formação de professores quando estes discutem a diversidade étnico-cultural. Os professores trabalham cotidianamente com o seu próprio corpo. O ato de educar envolve uma exposição

física e mental diária. Porém, ao mesmo tempo em que se expõem, os educadores também lidam com o corpo de seus alunos e de seus colegas. Esses corpos são tocados, sentidos. A relação pedagógica não se desenvolve só por meio da lógica da razão científica mas, também, pelo toque, pela visão, pelos odores, pelos sabores, pela escuta. Estar dentro de uma sala de aula significa colocar a postos, na interação com o outro, todos os nossos sentidos.

Nessa ótica peculiar que se atribui ao papel dos professores em sala de aula no que tange os diálogos que tratam da diversidade étnico-cultural percebemos que há maneiras favoráveis que perspectivam de forma interativa a reeducação dessas relações, sendo pertinente a essas práticas educativas a aproximação dos indivíduos sem ferir seus valores e a sua dignidade, romper com as fronteiras que envolvem a construção da identidade negra em sala de aula de forma valorativa e justa demanda uma ação conjunta e participativa que deve ser inserida no fazer pedagógico e demonstrado no fazer humano pelo toque, pela visão, pelos odores, pelos sabores.

Alcançar o humano em sua dignidade e sensibilizá-lo em sua integridade precisa de uma base primordial para estabelecer um diálogo construtivo e permanente sem arranhar a formação identitária dessas minorias que lutam pelo fim das desigualdades sociais e raciais em nossa sociedade, atingir essa consciência histórica sem os estereótipos que marginalizam e inferiorizam esses povos é um possível caminho a ser explorado de forma que o resgate da memória e cultura afrobrasileira seja feita em sala de aula com a valorização e o respeito de todos, nas palavras de Nilma Lino Gomes (2003, p. 80), podemos afirmar que:

Falar em relações raciais e de gênero, discutir as lutas da comunidade negra e dar visibilidade aos sujeitos sociais não implica em um trabalho a ser realizado esporadicamente. Implica em uma nova postura profissional, numa nova visão das relações que perpassam o cotidiano escolar e a carreira docente, e ainda, no respeito e no reconhecimento da diversidade étnico-cultural. Representa a inclusão nos currículos e nas análises sobre a escola desses processos constituintes da dinâmica social, da nossa escola e da prática social.

Formar uma nova consciência histórica a partir de um novo olhar visto de baixo para as minorias raciais que são atingidas em seu ethos social e em sua subjetividade humana nos remete a reconhecer que existem forças atuantes que dificultam a equalização das relações étnicas raciais no palco da educação, esses bastidores revelam a grande muralha criada ao longo da preponderância de um modelo

educacional excludente que ainda segrega de forma direta ou subliminar a população afro-brasileira colocando-os fora das mesmas condições de poderem se afirmar enquanto sujeitos e cidadãos, essas imbricações estão presentes nas práticas educativas realizadas no cotidiano escolar.

A escola e os seus professores ao compreenderem que a reeducação das relações étnicas raciais é uma necessidade iminente depreenderá ações pedagógicas de valorização da dignidade humana, com um trabalho voltado para a igualdade racial e a inserção dessas minorias raciais nos espaços públicos sociais sem as manchas dos estereótipos que afetam a sua autoestima e sua condição cidadã.

Nesse sentido Luciana Jaccoud e Mário Theodoro (2007, p. 115), afirmam sobre as reais condições da população negra no Brasil:

Mais pobres mais propensos às situações de desemprego e informalidade, habitando áreas carentes de infraestrutura. Todos os indicadores mostram a precária condição social da população negra brasileira. Para muitos analistas, a reversão desse quadro de desigualdades passaria pela ação educacional na medida em que políticas educacionais de cunho universalista propiciariam uma mobilidade social ascendente para os grupos mais desfavorecidos da população, entre eles os negros. Melhores níveis de educação resultariam em melhores condições de disputa dos postos no mercado de trabalho, permitindo desta forma, acesso à maior remuneração. Essa âncora universalista para as políticas públicas, bastante enfatizadas pela Constituição de, deveria ser, segundo alguns estudiosos, o elemento principal de uma ação de redução das desigualdades sociais. De fato, a equalização via universalização do acesso ao sistema educacional é um dos pressupostos republicanos da generalização de uma cidadania plena e atuante.

Os negros são os mais atingidos em todas as esferas sociais, sendo vítimas do descaso e taxados pela marginalização, carregam um fardo pesado de culpas que a sociedade lhes atribui, não pelo seu caráter e honra, mais pela sua condição de vida excluída e segregada pela falta das mesmas oportunidades, perseguidos e hostilizados por parte da polícia e condenados pelo seu DNA histórico e por sua melanina que caracteriza o seu fenótipo.

Provocar uma sensibilidade humanizadora se faz necessário em todo o universo escolar, assim como em todas as esferas sociais de modo que a reeducação das relações étnicas raciais seja processada sistematicamente, dessa maneira acreditamos que as minorias raciais possam passar a serem vistas com respeito e dignidade, sem terem que ser aprovados frente a um modelo político educacional retrógrado que cria

mecanismos que dificultam a luta pela afirmação identitária da população negra na sociedade brasileira, notadamente a viabilidade da igualdade social e racial.

Nas palavras de Nilma Lino Gomes (2003, p. 171), podemos afirmar que:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos nos processos de formação de professores, sobre a importância da diversidade cultural?

Nessa direção pela busca da reeducação das relações étnicas raciais no cotidiano escolar dos alunos do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso da cidade de Araguari (MG), vemos por meio dessa pesquisa a necessidade iminente da aplicação de medidas educacionais que venham estabelecer diretrizes contundentes dentro da proposta curricular de forma que viabilize um diálogo amplo e compreensível para que a Lei 10639/2003 ao ser trabalhada no ambiente escolar promova a valorização da população afro-brasileira e contemple com justiça social suas importantes contribuições em todos os aspectos em que esses povos nos legaram.

Nas entrevistas realizadas com as mães dos alunos negros dessa escola, percebemos nos relatos das mães as duras agruras sentidas não apenas pelos alunos, mas a família como um todo que foram vítimas do preconceito racial em várias situações em que a presença do aluno negro no ambiente escolar se tornou o alvo dos estereótipos e das injustiças sociais contra a sua dignidade humana e estudantil.

Romper com esse quadro hostil que vitupera os alunos negros em sua jornada escolar nos remete a pensarmos em que medida a Lei 10639/2003 está sendo apropriada de forma responsável pelos professores e gestores escolares, isso nos leva a inquirir algumas perguntas sobre a resistência por parte de alguns educadores “em sua maioria”, em não aplicar a legislação com legitimidade, de forma que a promoção da igualdade racial seja uma prática estabelecida com responsabilidade e respeito à população afrodescendente presente no espaço escolar.

A esse respeito Janeslei Aparecida Albuquerque (2003, p. 115), vem afirmar que:

Representações identitárias positivas da cultura negra não são valorizadas socialmente e tampouco na escola, que afirma uma história do Brasil vinculada mais a uma História mal contada da Europa (porque também não explica o desenvolvimento da Europa como resultado da exploração colonialista da África e da Ásia), e sem as devidas informações sobre nossa afrodescendência e às africanidades brasileiras. É comum se ver na escola a desqualificação de tudo que se refere à África sem uma compreensão nem análise mais aprofundada do processo histórico que levou este continente para o problema social, econômico e político vivido hoje, e, além disso, como África fosse toda uma coisa só. Isso pode ser percebido pelo número de alunos que afirmam que este continente é um país e alguns inclusive afirmam que é uma colônia

Nessa interpelação buscamos através da pesquisa analisar acerca da maneira em que a Lei 10639/2003 vem sendo aplicada no cotidiano escolar das escolas públicas no município de Araguari MG, em especial a escola selecionada para a pesquisa, o Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso, cuja localização se encontra longe das vitrines econômicas da cidade, e mais próximas de uma realidade social menos atraente no que tange a lógica do capital, estabelecida notadamente na órbita dos bairros periféricos que atende um público que em sua maioria são formados por afro-brasileiros.

CAPÍTULO 2

Consciência histórica e formação identitária no cotidiano escolar

Para a escolha desta instituição de ensino que pertence à Rede Pública Municipal da cidade de Araguari MG, levamos em consideração o grande fluxo de alunos negros frequentes e que demandam por vagas nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, assim sendo problematizamos junto às mães desses alunos negros sobre as práticas educativas que vem sendo desenvolvidas no ambiente escolar em relação a diversidade étnica racial presentes em sala de aula, desse modo as entrevistas nos conduziram por vias sinuosas quando nos reportamos à uma discussão que envolvem o tipo de educação que os seus filhos tem recebido na escola.

As injustiças acometidas contra a população negra no ambiente escolar são frustrantes, elas existem e precisam ser contidas, pois revelam os estigmas do preconceito racial que continuam sendo nutridos de forma perversa para atingir as minorias raciais, analisar o cotidiano escolar em que se insere o universo dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso da cidade de Araguari MG, fazem parte das nossas indagações frente à reeducação das relações étnicas raciais. Nessa situação em que se encontram os alunos negros Luciana Jaccoud e Mário Theodoro (2007, p. 115), vem afirmar que:

A situação do meio escolar brasileiro é também permeada pelo racismo e pela discriminação racial, como revelam não apenas as análises dos dados mais inúmeros trabalhos de pesquisa que têm levantado a situação de desconforto que vivem os estudantes negros em suas escolas. O ensino tem estado dissociado de sua realidade e de sua história. Livros e professores raramente dialogam com a experiência destes alunos no que diz respeito à sua vivência cotidiana, social e racial. Os estudantes não encontram no material didático e, em especial, nos livros de história, um retrato consistente de sua origem e da história de seus ancestrais. As crianças negras são confrontadas a versões parciais, frequentemente negativas, quando não claramente racistas, tanto no que diz respeito aos povos que foram trazidos como escravos, sua cultura e história, como no que se refere à sua luta pela liberdade, por melhores condições de vida e de trabalho, pela construção do país e pela afirmação da República. As imagens de negros, quando presentes nos livros e material didático, estão fortemente marcadas por preconceitos e estereótipos inferiorizantes. Atitudes racistas e práticas discriminatórias se reproduzem não somente fora, mas também dentro da escola. Não é surpreendente que

este contexto dramático exerça forte influência sobre a autoestima e sobre o estímulo dos estudantes negros em frequentar a escola.

Nessa direção em que caminha a nossa pesquisa pela busca da reeducação das relações étnicas raciais, vemos que somente a partir de um novo fazer pedagógico e com práticas educativas eficientes, os educadores conseguirão verdadeiramente implantar a humanização de todo o ambiente escolar com valores que condizem com a ética, o respeito às diferenças e a cidadania para aqueles que sempre foram excluídos, notadamente os alunos negros.

As entrevistas realizadas com as mães dos alunos negros, os quais fazem parte do quadro efetivo de alunos matriculados nesta instituição de ensino na cidade de Araguari, nos levaram para um campo de análises e investigações que identifica e caracteriza o modo em que as relações interpessoais que envolvem a população afrodescendente discente se processam nesse universo escolar, assim como compreender o imaginário que permeiam os sonhos e os mais sinceros sentimentos e anseios pela igualdade racial em todas as esferas sociais e educacionais.

Nesse campo de diálogos com os demais trabalhos de pesquisa já realizados, como os de Nilma Lina Gomes, *Educação Raça e Gênero* (2003), *Superando o Racismo na Escola* de Kabengele Munanga (2005), os quais apontam para as inúmeras injustiças sofridas pela população afrodescendente em nossa sociedade, vemos por meio das entrevistas com as mães dos alunos negros na cidade de Araguari MG, notadamente do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso, uma possibilidade de nos aproximarmos do seu universo subjetivo e social de forma que pudéssemos sentir e analisar de perto suas aspirações, ouvir suas vozes, seus sonhos e medos e ver com os seus “olhos” como que essas mães vislumbram a educação que seus filhos devem receber na escola.

Reconhecer a existência dos embates vividos no cotidiano escolar desses alunos negros faz parte das nossas indagações que norteiam a nossa pesquisa pela busca da reeducação das relações étnicas raciais frente à forma que a Lei 10639/2003 vem sendo aplicada nas práticas educativas no ambiente escolar.

Segundo as contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003 (2008, p. 29), afirma-se que:

A Educação das Relações Étnico-Raciais e a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como forma de cumprir o exposto na 9.394/1996 de Diretrizes e Base da Educação Nacional alterada pela.

10.639/2003 trouxe a necessidade de mudanças substantivas na política de formação inicial e continuada para profissionais de educação e gestores que deverá, de acordo com as prescrições e orientações normativas, contemplar o estudo da diversidade étnico-racial.

Seguindo por essa via normativa em que consiste essa legislação e a forma que ela vem sendo estabelecida nas práticas educativas atribuídas aos alunos que representam o quadro das minorias raciais, problematizamos nas entrevistas juntamente com as mães desses alunos o que elas pensam sobre a educação que os seus filhos tem recebido no cotidiano escolar e os sentimentos que eles trazem para o lar ao final de cada aula.

Nessa oportunidade de nos apropriarmos de um conhecimento que pertence implicitamente ao cotidiano escolar das famílias afrodescendentes que estão inseridas nessa instituição de ensino, buscamos através da pesquisa um olhar visto de baixo, por meio das entrevistas realizadas com as mães dos alunos negros, para compreendermos melhor as experiências vividas e sentidas por esses alunos que frequentam o Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso da cidade de Araguari MG.

Com essa direção chegamos até a Daniela Beatriz Alves do Nascimento, mãe de dois alunos que pertencem à instituição selecionada pela pesquisa, a qual concordou em participar do nosso trabalho demonstrando grande receptividade em nos receber gentilmente em sua casa, que se localiza em um bairro afastado na cidade de Araguari MG, embora seja simples o seu lar no tocante a bens materiais, essa família possui um grande tesouro que identificamos nas práticas afetivas que envolvem essa mãe e os seus 2 filhos.

O carinho e a atenção dessa mãe junto aos seus filhos foram perceptíveis e nítidos em todo momento que conversávamos sobre diversos assuntos que fazem parte do dia a dia dessa família, quando perguntada sobre o cotidiano escolar de seus filhos e se eles já foram constrangidos em sala de aula por parte de algum professor ou alunos, ela destacou que o mais novo sim, com 06 anos na época em 2016, por parte de sua professora. Nas palavras da Daniela Beatriz Alves do Nascimento genitora do menor impúbere, citou:

Perseguiu meu filho, “purtanto” tive que procurar ajuda, psicólogo pra ele, por causa disso, dela “persegui” ele (...), ele, por fim, ele já não queria ir mais pra escola, não queria saber mais da professora, eu já fui lá umas três vezes, eles não deixava nem eu conversar com ela,

quando pra “num dá” motivo de briga, chamava aí a diretora vinha, a gente conversava, por fim já não “tava” resolvendo, já era querendo tirar ele da escola (...), Aí meu “fi” comentava que ela punha ele de castigo, comentava que uma vez ela “inclusivo falo” que ia “bate” nele, ia “chega” da um “saculão” nele eu peguei fui lá, que sobre essa questão eu e meu marido “foi” lá “converso” sobre isso (...), tinha vez que ele chegava aqui até soluçando, “falano” pra mim pro pai dele que “num” ia pra escola, que não gostava da professora dele (...), falava que a professora pegava muito no pé dele, chamava ele de burro sabe é “é”, que ele não sabia “faze” nada e por causa disso até ele ficou foi mais atrasado (...), ela gritava com ele, gritava (...), ela punha ele de castigo, punha ele lá perto do quadro lá e chamava a atenção dele(...), meu filho “entro” em depressão, o meu “fi” faz tratamento até hoje com o psicólogo sobre a questão do racismo.

Nessa via de crueldade em que se encontram as mais duras penas sofridas pela família da Daniela Beatriz Alves Nascimento, destacamos a sua luta incansável pela busca dos direitos de seus filhos e a sua persistência frente à direção da escola para que o seu filho fosse tratado com respeito e dignidade, sendo suas tentativas de conversar com a professora frustradas pelo impedimento, assim como a permanência das afrontas e os maus tratos dessa professora contra esse aluno de apenas 06 anos.

Essa criança passou por várias torturas psicológicas, constrangimentos coletivos pela sua exposição de forma negativa feita na presença dos demais alunos, com uma perseguição severa e covarde, sendo movida pela discriminação racial por parte de uma professora que estudou e obteve o grau de pedagoga e está licenciada para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental para alunos com a faixa etária que se estende dentre os 06 anos aos 10 anos de idade.

Os traumas causados a essa criança são danos psíquicos e morais que atingiram o mais íntimo de sua dignidade como menor impúbere, tendo os seus sonhos frustrados, a sua alegria roubada, e o seu bem maior, sua liberdade e o seus direitos à cidadania violados com crueldade pela discriminação racial. Nas palavras de Antônio Olímpio de Sant’ Ana (2001, p. 58), podemos afirmar que:

Não se pode negar, contudo, que as consequências desta atitude racista, irracional, têm provocado gravíssimas sequelas em milhões de crianças que povoam as salas de aula do nosso Brasil. E a nossa luta, agora reforçada com medidas oficiais, deve centralizar-se nas causas provocadoras e fortalecedoras destas sequelas que mantêm o racismo, os preconceitos e as discriminações em evidência.

Esse tipo de violência contra as minorias raciais vem ocorrendo não apenas na cidade de Araguari MG, mais certamente em várias escolas do Brasil, lugar em que

os valores e o respeito à diversidade étnica racial devem ser trabalhados embasados na ética, na justiça social e na promoção da dignidade da pessoa humana. Essas atitudes preconceituosas que vem ocorrendo no cotidiano escolar dessa instituição precisam ser tratadas como crime de racismo e crime contra o menor vulnerável que não tem como se defender contra tamanha atrocidade.

Segundo o relato da mãe, Daniela Beatriz Alves do Nascimento foram muitas as vezes que procurou a escola para tratar dos problemas que estavam ocorrendo em sala de aula e que gravemente prejudicava o seu filho em todos os aspectos emocionais, assim como sua resistência em não querer mais ir pra escola, pois ele sentia medo, transtornos e muito choro, essa criança foi vítima de duras agressões psicológicas, maus tratos e discriminação racial.

Em nenhum momento em que a mãe procurou a escola para conversar com a professora que ministrava aulas na turma de seu filho isso fora possível, pois segundo o relato da mesma, a professora sempre ficava ao longe, ou na cantina e não se aproximava, entretanto mantinha o seu olhar firme na cena com uma postura altiva e arrogante, enquanto a direção e sua equipe pedagógica conversavam com ela.

O descaso e o tratamento desigual enfrentado por famílias que representam as minorias raciais no Brasil cujos filhos são matriculados em escolas públicas tornam-se uma realidade constante e perversa em nossa sociedade, e que não podem jamais serem negligenciados ou silenciados pela omissão dos professores e gestores escolares que em muitos casos tem fechado os olhos diante da barbárie no que tange o tratamento com os alunos negros. A esse respeito Ivone Jesus Alexandre (2006, P. 100), vem afirmar que:

A ausência de uma atitude por parte dos professores diante da discriminação indica aos alunos negros que eles não podem contar com os professores para combatê-lo, por outro lado, indica a quem discriminou que pode repetir sua atitude, haja vista que o professor nada fez. Neste sentido, as crianças não pretas são levadas a acreditar em um sentimento de superioridade, porque silenciosamente ocorrem situações que influenciam nas interações das crianças, mostrando diferentes lugares no espaço escolar para as pessoas brancas e pretas.

Nesse sentido se encontra o menor vulnerável com apenas 06 anos de idade, vítima da opressão e discriminação, tendo a sua voz silenciada a cada dia, sua alma marcada por dores e medos e os seus olhos perdidos em busca de socorro, onde estavam os professores? Onde está a garantia dos seus direitos? Ou quem se propôs em

defender essa criança? Assim vemos que as feridas impostas a esse aluno vão lhe acompanhar por muito tempo, deixando aos demais alunos não pretos um exemplo negativo que podem levá-los a um sentimento de superioridade.

Segundo a mãe Daniela Beatriz Alves do Nascimento em todas as vezes que procurara a escola para pedir para que o seu filho fosse tratado com dignidade e respeito, embora nunca conseguisse falar com a professora sobre os motivos que a levou a perseguir o seu filho, sua visita na escola fazia com que a mesma punisse seu filho com maus tratos e agressões verbais que causavam mais danos psíquicos e emocionais nessa criança de apenas 06 anos.

Situações semelhantes a essa vem ocorrendo com várias famílias que compõem as minorias raciais em nossa sociedade, as quais nos faz pensar sobre quantas vezes negras estão sendo silenciadas pelo medo? Pela discriminação? Silenciadas pela injustiça e opressão? Nas palavras de Angélica Alves Bueno (2016, p. 47),

Por sua vez, a “conscientização” é o desafio da formação humana. E como dificilmente alguém se opõe contra forças que não compreende cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discernem, optamos não pela resignação e sim pelo entendimento do contexto histórico e pela compreensão sobre o campo escolar e seu papel na humanização e desumanização dos sujeitos.

A reeducação das relações étnicas raciais que propomos na pesquisa parte fundamentalmente por princípios humanizadores, que privilegia a promoção da igualdade racial, com ênfase em um novo fazer pedagógico, cujas ferramentas de ensino atribua visibilidade às minorias raciais, no que tange os elementos essenciais presente em seu éthos cultural para que se possa validar a sua formação identitária, de forma que lhes permitam se apropriem de uma consciência histórica valorativa e consciente pela não resignação imposta pela falsa democracia racial.

Seguindo pelas trilhas das entrevistas encontramos a senhora Waldeni Maria de Assis professora do Ensino Fundamental 1, a qual atualmente, na nova gestão administrativa da Prefeitura Municipal de Araguari (2017/2020), esta lotada na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de Diretora de Alimentação Escolar (DAE), o seu relato apresentado na entrevista, no que tange as relações étnicas raciais no cotidiano escolar, destaca o seu olhar visto como professora, assim como o olhar de

mãe de três filhos, os quais estudaram e um deles ainda estuda na Rede Pública de Ensino na cidade de Araguari MG.

A professora Waldeni Maria de Assis foi muito gentil em me receber em sua casa, cuja sua receptividade e de sua família me deixou muito a vontade para iniciarmos a nossa entrevista, emocionada, começou a falar de suas memórias de um tempo em que se abrigava nos braços de seu pai, uma figura muito importante em sua vida, o qual ela considera responsável pela formação de seu caráter, enquanto pessoa humana, assim como a profissional que se tornou na área da educação na cidade de Araguari MG.

O resgate de suas memórias a levou a um passado de muitas saudades destacou a professora, principalmente pelos os conselhos recebidos de seu pai, que sempre foram de apoio e incentivo para que ela não se deixasse ser afetada pelas experiências de práticas racistas as quais ela poderia sofrer enquanto estudante da Rede Pública de Ensino, quando perguntada se sofreu o preconceito racial enquanto aluna, a professora enfatizou os conselhos de seu pai como uma ancora forte que pode nortear e contribuir para o alcance de seus principais objetivos.

Nesse diálogo com a professora perguntei sobre os seus filhos, se eles sofreram algum tipo de preconceito racial na escola, ela ressaltou que enquanto professora da Rede Pública Municipal de Ensino na cidade de Araguari MG, seus filhos sempre estudaram na mesma instituição de ensino em que ela trabalhava, nesse sentido não se via nenhum tipo de discriminação racial contra eles, a mesma acredita que foi pelo fato de ser funcionária dessa escola, haja vista que a professora presenciou acontecer injúria racial contra vários alunos negros dessa mesma instituição de ensino.

Entretanto a professora destacou um fato ocorrido com um de seus filhos quando foram estudar em uma escola da Rede Pública Estadual, aqui na cidade de Araguari MG, a mesma comentou que um professor chamava seu filho de burro, isso ocorreu na frente de todos os alunos presentes em sala de aula, trazendo constrangimentos, feridas e traumas que só quem sente na pele e na alma pode descrever, assim comentou a professora.

Na condução da entrevista perguntei a professora Waldeni Maria de Assis se os seus filhos já presenciaram algum tipo de discriminação racial com os seus colegas negros, em sala de aula. A esse respeito a professora comentou que:

Sim, é ultimamente eu tenho uma sobrinha que passou por isso na escola, um dos colegas falava é bombril, que o cabelo dela parecia bombril e que ela chegava as vezes chorando em casa falando que tinha passado por isso na escola, né e as vezes também com os colegas dos meus filhos, a minha filha falava que riam, falava que ia “nasce” macaquinhos e ia ter filhos que ia ser só macaco e acontecia essas coisas que hoje também acontecem .

Esse fato triste e covarde ocorrido no ambiente escolar, o qual a professora relata sobre essa aluna que sofrera as mais duras e cruéis práticas de racismo, nos levam a refletir e identificar a ausência de práticas curriculares eficientes e humanizadoras, as quais deveriam fazer parte do cotidiano escolar, de forma que tais práticas educativas possam contribuir para promover o fim das desigualdades raciais e sociais.

A esse respeito Ivone Jesus Alexandre (2006, P. 100), afirma que:

A ausência de uma atitude por parte dos professores diante da discriminação indica aos alunos negros que eles não podem contar com os professores para combatê-lo, por outro lado, indica a quem discriminou que pode repetir sua atitude, haja vista que o professor nada fez. Neste sentido, as crianças não pretas são levadas a acreditar em um sentimento de superioridade, porque silenciosamente ocorrem situações que influenciam nas interações das crianças, mostrando diferentes lugares no espaço escolar para as pessoas brancas e pretas.

Nessa exposição percebemos as práticas de racismo sendo gestadas e reproduzidas no fazer pedagógico de forma diária e permanente, preenchendo os espaços que compreende o ambiente escolar, haja vista que a ineficácia de uma prática educativa eficiente e consciente sobre as relações étnicas raciais no cotidiano escolar tem sido manifesta pela ausência do respeito e a valorização das minorias raciais, notadamente os alunos negros da cidade de Araguari MG, os quais estão inseridos na órbita das desigualdades sociais e raciais.

No seguimento da entrevista perguntei a professora Waldeni Maria de Assis se era de seu conhecimento a lei 10639/2003, que estabelece o estudo da história da África e dos afrodescendentes no Brasil, a mesma considerou que:

É uma lei que pouco, ela existe, mas de muitas das vezes, a, não é passada, pra, pra, na educação mesmo, na pedagogia, pra que a gente venha ter um conhecimento melhor. Então, tenho, tenho ouvido falar dela, mas não conheço, até eu mesmo não conheço profundamente.

A Lei 10639, de 9 de janeiro de 2003 representa uma grande conquista para os movimentos antirracistas no Brasil, haja vista que ela abre portas para construção de um novo fazer pedagógico, a partir do reconhecimento e a valorização das matrizes étnicas africanas na constituição e formação da sociedade brasileira, assim como viabiliza e contribui para alcançar uma melhor qualidade social da educação brasileira.

Nessa direção Ivone Jesus Alexandre (2006, P. 119), considera que:

É preciso articular urgentemente um trabalho pedagógico que envolva toda a comunidade escolar no sentido de que se cumpra a legislação e que a escola consiga efetivar sua função social reduzindo as desigualdades raciais existentes no âmbito escolar e que esse trabalho, se estenda aos pais e a comunidade.

A falta do cumprimento da nova legislação no ambiente escolar por parte dos professores e gestores, no que tange a implantação da lei 10639/2003, nos remete a identificarmos a ineficácia do currículo escolar, e as barreiras pedagógicas que ainda continuam sendo impostas, as quais dificultam a apropriação e a ampla divulgação dessa nova legislação, assim como a sua difusão na sociedade.

Nessa perspectiva nossa pesquisa busca dar visibilidade às minorias raciais, notadamente às essas mães dos alunos negros que compõem essa instituição de ensino, de forma que suas vozes sejam ouvidas, validando seus anseios, sonhos e esperança de se obter uma educação que esteja em consonância com a justiça social e a promoção da igualdade racial em nossa sociedade.

Seguindo pelo caminho das entrevistas encontramos a senhora Marli Honório de Sousa, mãe de duas alunas que estudam no Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso da cidade de Araguari MG, a qual também concordou em participar da nossa pesquisa, demonstrando grande satisfação em ser ouvida, frente às propostas de nossa pesquisa, que considera relevante o olhar visto de baixo, notadamente das mães dos alunos negros, no que tange as relações étnicas raciais nessa instituição de ensino, assim como em seu cotidiano escolar.

Na condução da entrevista perguntei à senhora Marli Honório de Sousa se suas filhas em algum momento na escola já sofreram um tratamento desigual pelo fato de serem negras, a mesma destacou que:

Sim né, que tá no nono ano já sofreu racismo de um colega de escola que falou que ela era pretinha e chamava ela quase todo dia de negrinha, até que um dia ela chegou em casa muito triste e me contô que o menino tava xingando ela e que ela tava achando muito ruim, aí eu fui lá na escola pra resolver (...), eles só mandaram eu conversar com a mãe do aluno, que eu conversei com ela e ela falou que ia conversar com o menino que num ia acontecer mais isso, por que ela não ensinava o filho dela a fazer esse tipo de coisa.

A busca pela reeducação das relações étnicas raciais no cotidiano escolar deve partir de um currículo escolar embasado na dignidade da pessoa humana, que contemple um projeto político pedagógico sem os sofismas que mascaram a existência das desigualdades sociais e raciais, haja vista que a ineficácia do mesmo contribui com a falta do diálogo com a nova legislação que propõem a valorização das minorias raciais, assim como a integração de toda a sociedade na mesma esfera da igualdade.

Nessa direção perguntei à senhora Marli Honório de Sousa se suas outras filhas maiores de idade já sofreram algum tipo de preconceito racial, seja na convivência social, no bairro onde moram ou relacionamentos de namoros. A esse respeito a mãe destacou que:

Tem uma filha minha tava namorando um rapaz que ele era clarim do olho azul e a mãe do rapaz falou que não aceitaria casamento, por que o namoro por que ela era negrinha, e ela falou que ela era negrinha e fedida ainda. Aí depois, a minha menina falou que ia na polícia, aí ela pegou e pediu desculpas pelo celular, falou que tava nervosa, mais aí também tirou o número, tirou tudo, e não teve mais (...), o namorado obedecia a mãe dele né quando ela mandava ele embora ele ia embora correndo e não defendeu ela não (...), a minha filha ficou chateada bem chateada e ela chorou né, mais eu falei pra ela que deixasse pra lá.

Desvencilhar essas práticas racistas que permeiam a nossa sociedade, as quais ferem a dignidade da população negra, enquanto pessoa humana é um caminho que deve ser trilhado por um novo fazer pedagógico no cotidiano escolar, de forma que se estabeleça um diálogo contundente com a nova legislação (Lei 10639/2003), assim como o conhecimento de suas principais cláusulas e atribuições significativas, as quais devem estar em consonância e bem difundidas em toda comunidade escolar.

Nas palavras de Ivone Jesus Alexandre (2006, P. 25), podemos afirmar que:

O papel do professor nas questões raciais é fundamental na promoção e melhoria da qualidade educacional para o alunado negro, fazendo as intervenções necessárias, conduzindo a prática pedagógica para reflexão não somente sobre o material didático utilizado e os estereótipos veiculados à imagem do negro; mas, em todo discurso e comportamentos não verbais que colaboram para a manutenção do preconceito.

Infelizmente os professores em sua maioria ainda estão alheios e inertes quanto ao seu posicionamento frente às políticas públicas afirmativas que consideram relevantes a luta pela a promoção da igualdade racial e social , assim como estabelecer uma via de diálogo entre os alunos e a comunidade escolar, de forma que seja reconhecida a importância da implantação da lei 10639/2003, que simboliza um marco referencial para constituir a dignidade das minorias raciais.

Segundo as Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003 (2008, p. 10), podemos afirmar que:

A Lei n. 10.639/2003 pode ser considerada um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se ver retratada com o mesmo valor dos outros povos que para aqui vieram, e um ponto de partida para uma mudança social. Na política educacional, a implementação da Lei n. 10.639/2003 significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população negra, essa lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto das políticas que visam a melhoria da qualidade da educação brasileira para todos e todas.

Haja vista que vale ressaltar que as mães entrevistadas na pesquisa desconhecem essa nova legislação que atribui aos povos Africanos e Afrodescendentes o direito à memória e cultura de seus antepassados, assegurando-lhes o ensino de sua história na educação básica e superior, de forma que contribua para a formação de uma nova consciência histórica valorativa e identitária.

Na direção que caminhava a entrevista com a senhora Marli Honório de Sousa perguntei a ela qual era o seu olhar para a educação que as suas filhas recebem no Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, e como ela gostaria que fossem desenvolvidas as práticas educativas no cotidiano escolar, não só para as suas filhas, assim como a todos os demais alunos negros. A esse respeito a mãe das alunas destacou:

Eu gostaria que a sociedade olhasse não pela cor, mais pelo talento, esforço, dignidade de quem que é quer um espaço no mundo do trabalho, gostaria que os negros não fossem lembrados só no dia né da consciência negra ou da eleição mais todos os dias, eles querem um espaço no mundo como todo branco, né se nós, se nós negros damos voto de confiança quando elegemos os brancos, para presidente, por que os brancos não nos dá um voto de confiança dando trabalho digno ao negro?

Embora tenhamos 15 anos desde a implantação da lei 10639/2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o médio, identificamos por meio das entrevistas com as mães dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, que a forma em que essa nova legislação vem sendo abordada no cotidiano escolar, assim como nos currículos ainda continuam sendo feita de forma desigual e excludente.

Percorrendo pelas trilhas das entrevistas encontramos a senhora Letícia Rosa da Silva mãe de uma aluna do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, a qual concordou juntar-se a essa pesquisa contribuindo para dar visibilidade ao nosso trabalho por meio de seu olhar visto de baixo, notadamente das minorias raciais, assim como validar as suas vozes que geralmente não são ouvidas pelo sistema educacional brasileiro.

Nessa condução perguntei à senhora Letícia Rosa da Silva se no cotidiano escolar de sua filha, ou com os demais alunos negros que integram a sua turma, se é de seu conhecimento alguma prática racista ocorrida entre eles. A esse respeito destacou a mãe:

Foi o ano passado que a minha filha me “contô” que um aluno xingou o outro de macaco e questão de briga de amigo “invisivi” também daí um não queria sair com o outro, ninguém queria “saí” com o menino que já era negro (...), o menino ficou bem constrangido, que de fato ela até disse que ele chegou a chorar (...), foi aí ninguém queria sair com ele por que ele era negro, aí todo mundo queria sair com outras pessoas, menos com ele, por ele ser negro (...), aí acabou que ninguém fez mais, todo mundo desistiu, então aí a respeito desse aluno o pai decidiu tirar ele da escola por que não foi a primeira vez que aconteceu, aí, teve que tirar ele da escola.

[...] Quero falar também, questão de cabelo né, que aí a pessoa num tem cabelo muito liso, aí é aquele mais anelado, aí a pessoa fica xingando um a “ota”, cabelo de Bombril, assolam, cabelo de palha (...), no caso, foi colega da minha menina também, que ela tinha o cabelo bem enrolado e as amiga ficava questionando pra ela, que o cabelo dela era ruim, tinha que passar uma chapinha, cabelo de Bombril, ficava criticando ela.

Nessa perspectiva buscamos nessa pesquisa validar as vozes dessas mães, as quais continuam sendo silenciadas pela injustiça, e a falta da garantia de sua dignidade humana, causando-lhes grandes anseios em relação à educação que a escola oferece para os seus filhos, assim identificamos nas entrevistas as graves falhas e a ineficácia do currículo escolar de estabelecer um diálogo sério e responsável com a nova legislação, para que as mudanças significativas e valorativas sejam alcançadas pelas as minorias raciais, de forma que venha promover o desenvolvimento de novas práticas educativas, assim como a sua plena divulgação em toda a comunidade escolar.

Antes de encerrar a entrevista com a senhora Letícia Rosa da Silva, perguntei para ela qual era a sua opinião diante da necessidade de combater o racismo e o preconceito racial que sofrem os alunos negros no cotidiano escolar do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso. Nessa oportunidade a mãe comentou que:

Uai, eu acho que tem que, os “professor” tá sempre é, ensinando mais os alunos sobre o preconceito né, que o preconceito existe, o preconceito tá aí né, então eu acho assim que tem que “tê” tipo, uma aula específica né ao “menu”uma vez na semana sobre o racismo.

Nessa análise investigativa desenvolvida por meio das entrevistas com as mães dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, discutimos as práticas educativas arroladas no cotidiano escolar por meio desse olhar visto de baixo, notadamente por estas que representam as minorias raciais, de forma que possamos destacar e inferir sobre as implicações que se encontram esses alunos nesse universo da educação.

Haja vista que por meio da pesquisa nos deparamos com as grandes barreiras impostas pelo próprio sistema educacional vigente, que busca inviabilizar um diálogo consciente, responsável e significativo para a formação do currículo escolar, assim como a sua relação com o processo de ensino e aprendizagem frente à implementação da lei 10639/2003, a qual continua sendo desconhecida por parte da comunidade escolar e pelos alunos negros que integram essa instituição de ensino. Nas palavras de Carlos Moore Wedderburn (2007, p. 325), podemos considerar que:

No interior do segmento dominador, o racismo cria uma complexa rede de atitudes de cumplicidade amoral, e de insensibilidade humana, que por sua vez propiciam um alto grau de permissividade diante de condutas patologicamente antissociais. Em todo o continente americano, onde se implantou a escravidão racial, o racismo legou uma cultura política amoral e criminosa que permeia toda a vida social. No caso específico da América Latina, não se pode desvincular a amoralidade própria do racismo da propensão das elites dirigentes à malversação dos bens públicos; da permanente tentação de militarizar a vida civil; das condutas criminosas das instituições encarregadas de codificar e aplicar a lei; tudo isso faz parte do complexo nó produzido pelas estruturas racistas.

A difícil problemática de estabelecermos uma via de diálogo com a nova legislação está implícito nas falhas do fazer pedagógico do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso, assim como as evidências que caracterizam o seu desconhecimento identificada na pesquisa através das entrevistas com as mães dos alunos negros que nunca ouviram falar da implementação da lei 10639/2003, que privilegia e valoriza a formação identitária dessas minorias raciais, as quais compõem o universo escolar da sociedade brasileira.

Nesse sentido Maria Helena Souza Patto nos permite refletir sobre a produção de conhecimentos em que se estrutura a história da educação brasileira e nos conduz a pensarmos em que medida nos posicionamos frente a um sistema educacional que se constitui num campo histórico extremamente conservador, o qual impiedosamente negligencia os direitos das minorias raciais, notadamente da população negra frente à sua dignidade, pertencimento e formação identitária.

Nossa percepção para uma educação libertadora e emancipadora deve se deslocar dessa esfera em que se encontra a perpetuação de uma parcela que impõem sua dominação e padronização dos saberes formais e culturais dentro de uma lógica hegemônica e estrutural que fundamenta os anseios capitais, cuja lógica desumaniza a própria espécie, ultrapassando séculos e alcançando na contemporaneidade os nossos irmãos afrobrasileiros.

Romper com esse arcabouço que traz as raízes históricas da educação nos permite uma compreensão com uma ótica voltada para as minorias raciais que foram ao longo dos séculos vitimizadas e cerceadas dentro de um sistema educacional que defendia o processo da invalidação do outro em detrimento de sua subjetividade e dignidade humana, sustentados por correntes ideológicas liberais de cunho etnocêntrico, que ainda continuam sendo reproduzidas no fazer pedagógico educacional.

Nas palavras de Maria Helena Souza Patto (1999, p. 34), afirmamos que:

A crença na incompetência das pessoas pobres é generalizada em nossa sociedade. Às vezes, nem mesmo os pesquisadores munidos de referencial teórico crítico estão livres dela. Como veremos, mesmo quando voltam os olhos para a escola e o ensino numa sociedade de classes e neles identificam inúmeras condições que podem por si só explicar as altas taxas de reprovação e evasão, continuam a defender as teses da teoria da carência cultural. O resultado é um discurso incoerente que, em última instância, acaba reafirmando as deficiências da clientela como a principal causa do fracasso escolar.

Desvencilhar-se com esse dogmatismo eurocêntrico no que tange a carência cultural e as teorias ambientalistas que trazem no seu bojo os estereótipos do preconceito nos leva a refletirmos em que medida estamos abertos ao diálogo, às novas abordagens, às novas interpretações e compreensão da sociedade em seu universo escolar, de forma que não venhamos cairmos e reproduzirmos as ciladas do discurso da marginalização excludente impregnado no sistema educacional brasileiro.

Os resquícios da ideologia colonialista na produção intelectual brasileira vêm perpassando governos ao longo do tempo sendo apropriada pelo cientificismo eugênico, pela corrente do pensamento liberal hegemônico que aceita na literatura brasileira as justificativas que defendem a teoria da carência cultural para uma conscientização e dominação das minorias raciais expropriadas e fossilizadas pela marginalização imposta pelos divisores de águas que as empurram para os guetos das desigualdades sociais. A esse respeito Maria Helena Souza Patto (1999, p. 91), vem dizer que:

Ao cientificismo do século XIX coube a tarefa de compatibilizar liberalismo e racismo. No período imperial, uma antropologia filosófica evolucionista aparentemente provava a inferioridade das raças não brancas, justificando, assim, sua sujeição nacional ao branco. Com a abolição do trabalho escravo e a instalação do Estado republicano, ela continuou proclamando esta inferioridade, agora para justificar o lugar subalterno, mas formalmente livre, que negros, índios e mestiços passaram a ocupar a estrutura social.

Segundo a Maria Helena Souza Patto os mecanismos segregacionistas que ferem a dignidade humana da população negra no Brasil vêm sendo gestados e aperfeiçoados ao longo do tempo, buscando justificar metodologicamente e afirmar que

as mazelas sociais em que se encontram as minorias raciais na sociedade brasileira apresentam como fator determinante as suas próprias carências culturais.

Legitimar essa lógica segregacionista implica na desumanização dos sujeitos, no aspecto subjetivo e coletivo, dentro de uma inércia degenerativa que contribui para silenciar e alienar as vozes daqueles que buscam assegurar e promover a igualdade racial e social para compor uma sociedade mais digna e igualitária para todos.

As vozes de liberdade e igualdade, de justiça e verdade ainda ecoam na memória dos afrobrasileiros, os quais sentem na alma os anseios de serem protagonista de uma nova história, sua história, seus pertencimentos, seus hábitos, seu legado, seu espaço enquanto ser político, social e cidadão, notadamente ser humano.

A escola e os seus preceptores devem trabalhar juntos pela democratização do ensino sem os vícios da preponderância de um modelo educacional que carrega em seu histórico os estereótipos da marginalização exploração e pauperização das minorias raciais que não apresentam os fenótipos da matriz étnica europeia. Esse diálogo deve ser feito não apenas no ambiente escolar mais estendido também a toda comunidade escolar, começando especificamente pelo Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, local onde as práticas educativas evidentemente devem ser desenvolvidas com eficiência de forma que esteja em consonância com a dignidade humana dos alunos negros.

Nas palavras de Maria Helena Souza Patto (1999, p. 113), podemos compreender que:

Foi, portanto, na convergência de concepções racistas e biológicas sobre o comportamento humano e as desigualdades sociais e de um ideário político liberal que a educação brasileira foi pensada e planejada nos anos que antecedem a existência de uma genuína política educacional no país. Em outras palavras, foi no fogo cruzado de preconceitos e estereótipos sociais, cientificamente validados, e do ideal liberal da igualdade de oportunidades que geraram ideias que interferiram nos rumos da política, da pesquisa e das práticas educacionais.

Essa maneira de pensar a educação e a sua eficácia ainda continua sendo um ponto de reflexão para analisar os baixos resultados obtidos pelas práticas educacionais de avaliação, atribuindo o seu fracasso ao desinteresse e inferioridade cultural das minorias raciais marcada pelas desigualdades sociais e ambientais, e defendidas por aqueles que buscam na baixa produtividade escolar essas justificativas para as suas deficiências.

Entretanto pode-se perceber que o fracasso escolar segundo o exposto por Maria Helena Souza Patto não se limita apenas aos grupos de indivíduos pretensamente marginalizados, pelo seu desinteresse do ensino em suas respectivas dificuldades de aprendizagem. Haja vista que essa análise para os resultados negativos estão ancoradas na ineficácia e inadequação do sistema educacional brasileiro.

Identificar essa ambiguidade no processo histórico do desenvolvimento escolar brasileiro nos remete a pensarmos como se interpõe essas afirmativas inconciliáveis que buscam justificar a produção do fracasso escolar, diante dos fatores da precariedade e inadequação do ensino frente ao discurso da inferioridade cultural dos povos subjacentes.

A teoria da carência cultural passava a buscar justificativas em forma de preconceito racial e social para explicar as desigualdades educacionais entre as classes representadas pelas minorias raciais e sociais, alocando para a pobreza ambiental nas classes baixas o ônus da deficiência do desenvolvimento escolar no que tange o ensino e a aprendizagem. A esse respeito Maria Helena Souza Patto (1999, p. 124-125), vem dizer que:

A aceitação que esta explicação do fracasso escolar das crianças das classes subalternas encontrou no Brasil nos anos setenta é compreensível por vários motivos: continha uma visão de sociedade não negadora do capitalismo; atendia aos requisitos da produção científica, tal como era predominantemente definida nesta época; vinha de encontro a crenças arraigadas na cultura brasileira a respeito da incapacidade de pobres, negros e mestiços; reforçava as “explicações do Brasil”, então em vigor, segundo as quais o subdesenvolvimento econômico mergulhara, infeliz mas fatalmente, significativa parcela da população numa indigência intelectual e cultural, cuja reversão era proclamada como imprescindível ao “milagre brasileiro”, finalmente, ao ressaltar a pobreza e suas mazelas, atraiu a atenção exatamente dos educadores mais sensíveis ao problema das desigualdades sociais mas pouco instrumentados teoricamente, em decorrência das lacunas de sua formação intelectual, para fazer a crítica desse discurso ideológico.

Segundo Maria Helena Souza Patto as justificativas atribuídas ao fracasso escolar nas últimas décadas do século XX, foram alocadas insensivelmente e de forma preconceituosa às minorias majoritárias que compõe a maior parte da sociedade brasileira, notadamente a população negra que mais sofre com as mazelas das desigualdades sociais.

Embora a implementação da lei 10639/2003 representa um ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação brasileira, sendo de grande relevância as suas atribuições, as quais quando trabalhadas com seriedade e responsabilidade, sendo apropriadas no currículo escolar, assim como nas práticas educativas, certamente corroboram para promover e constituir uma sociedade equânime e igualitária.

Entretanto não se percebe atualmente um avanço nesse universo escolar que privilegie e valorize as minorias raciais. Haja vista que nossa pesquisa não identificou nas entrevistas com as mães dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso implicações significativas da nova legislação no que tange a promoção da igualdade racial no cotidiano escolar dessa instituição.

Percebemos que ainda há muito para se apropriar dos valores e sentimentos valorativos que esses grupos carregam para alcançar a sua formação identitária, garantir-lhes justiça social e reconhecimento cultural em sua subjetividade, coletividade e dignidade humana, é um caminho a ser seguido pela educação nas vias da liberdade, sem os estereótipos e preconceitos atribuídos às suas condições sociais e étnicas raciais.

O sistema educacional no Brasil precisa ser ressignificado no que tange as práticas curriculares que se fundamentam na perspectiva de atender os interesses da demanda de mão de obra especializada atrelada aos interesses do capital, em detrimento do bem comum e social em sua dignidade, formação democrática e cidadã, cuja abrangência alcança em especial as minorias raciais.

Em que medida podemos afirmar que o fazer pedagógico educacional presente em sala de aula está enveredado de forma que possa conduzir os alunos à uma compreensão de mundo que contemple as contradições presentes em suas carências sociais e econômicas que desumanizam os excluídos que não se inserem na perspectiva aceitável da dinâmica dos grupos dominantes hegemônicos?

Nessa direção Iusley Monteiro Santos (2016, p. 27), vem responder que:

Muitos estudos voltados ao campo educacional apontam para uma provável insignificância em conduzir o processo educativo, em termos metodológicos, por intermédio limitado da reprodução dos padrões estabelecidos no universo do curricular. Destacam, também, os possíveis equívocos em observar a realidade educacional, tendo as matrizes curriculares como dimensões exclusivas, pelo fato de essas, supostamente, abrangerem uma realidade conceitual e imaterial das ideias

sobre o ensino escolar. Em muitas dessas discussões, o currículo escolar foi considerado como um mecanismo público de manipulação e reprodução do status-quo da sociedade capitalista.

A lógica do capital se insere de forma contundente na perspectiva curricular ao passo de perspectivar uma prática educacional que não proporciona aos educandos os princípios e valores educacionais que lhes assegurem uma dinâmica produtiva de conhecimentos que possam desatrelá-los dessa órbita cuja força da gravidade os mantém em uma constante de subtração em detrimento de sua sublimação e afirmação acerca de uma proposta pedagógica valorativa, libertadora e assistencial.

Nesse caso Iusley Monteiro Santos (2016, p. 29), ressalta que:

Perante essa disputa por afirmação acerca do modelo de ensino, do que ensinar nas escolas, dos princípios, valores educacionais, as disputas pelo currículo são constantes e fazem parte do processo educativo. Porém, na maior parte das vezes, essa disputa ocorre de forma muito desigual: tendo em vista o poder político e econômico de grupos e instituições interessados em manter a precariedade e o baixo custo de investimento com o ensino público, bem como a segregação educacional de modo geral.

Cooptar com novas formas de abordagens de práticas de ensino e aprendizagem de forma que venha condicionar e proporcionar uma melhor reflexão em relação ao processo educativo, isso nos remete a pensarmos na produção de um currículo escolar que venha nortear o real significado e compreensão do universo educacional em expansão, que possa ultrapassar os limites da órbita da segregação e polarização social.

Segundo Ivone Jesus Alexandre (2006, P. 102), podemos considerar que:

A escola, em conjunto com os professores e pessoal de apoio, precisa rever posturas consolidadas ao longo dos anos que justificaram as desigualdades raciais na escola.

Há necessidades de se reavaliar as metodologias, analisar o teor ideológico implícito nos livros didático; romper com a invisibilidade das populações negras nos currículos escolares, coibir as falas racistas, informar que discriminação é crime, que a lei pune, ir além do que a mídia informa, incentivar a praticar o respeito para com as diferenças raciais.

Nesse sentido podemos perceber uma postura dúbia sendo aplicada pelos grupos dominantes no que tange a formação do processo em que se caracteriza a dinâmica educacional que busca de forma contundente estabelecer os divisores de águas que dificultam a acessibilidade para a inserção dos demais grupos sociais na mesma esfera em iguais condições sociais e econômicas.

A lógica do capital se sistematiza e prevalece a partir de uma perspectiva que assegura a esses grupos hegemônicos a manutenção dos extratos sociais a partir de uma demanda que justifica e atende seus principais interesses.

Nessa direção encontram-se principalmente as minorias raciais, notadamente os alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, os quais sentem na pele as duras agruras da vida, pela sua marginalização e expropriação de sua dignidade e cerceamento frente a sua formação identitária, assim como os seus anseios e expectativas por igualdade racial, afirmação social e econômica.

Segundo Denise Maria Botelho (1999, P. 34),

Na educação, as várias manifestações de racismo influenciam a socialização das crianças e jovens negros de forma equivocada, conduzindo à exclusão, através da evasão escolar, ou instalando, nos indivíduos que permanecem na escola, uma baixa autoestima e uma auto-imagem de inferioridade

A presença de crianças e adolescentes negros é expressiva no cotidiano escolar, porém não

é nomeada. Não se fala em comunidade negra, em líderes negros, em personalidades negras, em pessoas negras integrando aquele espaço, mas, fala-se quotidianamente de forma pejorativa: “buraco negro”, “boi da cara preta”, “saci Pererê”, “nuvem preta”, “coisa tá preta”, “negro escravo”, “preto sujo” e outras.

Ao preconizar que a formação deve permitir que os sujeitos se conscientizem sobre o lugar que ocupam no espaço social, sobre os objetivos que estabelecem para si e sobre quem realmente são ou desejam ser, toda ação educativa deve ser precedida de uma reflexão sobre o humano.

Compreender esse universo educacional em que se inserem os alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, deve der um caminho a ser trilhado por um novo fazer pedagógico, que apresente uma prática educativa valorativa e emancipadora, que reconheça e

respeite a dignidade humana das minorias raciais, assim como ter como prioridade equalizar e promover a igualdade racial e social.

CAPÍTULO 3

A escola e a obrigatoriedade da nova legislação

O fato histórico que traz a trajetória da população africana no Brasil ainda carrega os estereótipos da marginalização e o preconceito racial que está impregnado nas camadas sociais hegemônicas e dominantes que dinamizam de forma hostil estabelecendo trincheiras que dificultam os avanços e aquisição de direitos sociais em detrimento da igualdade e dignidade humana.

Esperamos que essas trincheiras sejam cobertas pela busca da reeducação das relações étnicas raciais no fazer pedagógico e sendo efetivadas nas práticas educacionais de forma que pontes sejam construídas frente às diversidades raciais estabelecendo vias de acesso com mão dupla e fronteiras abertas e sinalizadas com as placas do respeito e amizade. A esse respeito Paulo Freire (1996, p. 20) vem dizer que:

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida de qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres.

O germe do preconceito ainda continua sendo nutrido pela seiva da desigualdade presente nas raízes dos colonizadores que plantaram essas sementes que se tornaram o joio da discriminação racial, de forma que essas plantas cresceram juntamente na floresta da formação do éthos da sociedade brasileira em que se consubstancia a preponderância e o etnocentrismo europeu como principal referência no que tange o branqueamento frente a um modelo e posição de dominação e controle hegemônico.

O reflorestamento de nossas ações deve estar em consonância com as lutas por afirmação e a defesa da igualdade racial a partir do cultivo de novas sementes que podem ser plantadas no solo fértil da sala de aula de forma que novas mentalidades sejam geradas e o novo caráter social esteja livre dos estigmas da discriminação e o preconceito racial.

A busca pela reeducação das relações étnicas raciais no cotidiano escolar e a preservação desse ambiente educacional ainda são definidos e repartidos por uma ordem que legitima os interesses dominantes, os quais apresentam um modelo de educação engessado, desigual e excludente, impregnado no éthos do fazer pedagógico e a lógica do capital.

Romper com os valores que legitimam essa lógica que promove a desigualdade social e racial é o que defendemos nessa pesquisa de modo que os alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, alcancem o respeito de todos e acima de tudo a sua dignidade humana, suas múltiplas memórias e o direito de sua formação identitária.

A esse respeito Angélica Alves Bueno (2015, p. 108,109) vem dizer que:

Não podemos desconsiderar as características culturais de homens e mulheres que gestam diversificados “sonhos” para os/as filhos/as, que são sujeitos dotados de consciência histórica diversificada. Entretanto, esses são irrelevantes para o modelo econômico no qual o conjunto de estratégias educacionais bem como os testes internacionais baseiam seus pressupostos e objetivos. Ignoram-se as particularidades, violentam-se os sonhos dos sujeitos, em nome do sistema econômico, em nome do capital e de tudo o que lhe diz respeito. Há que se considerar que “a política econômica é incapaz de perceber o que não é quantificável, ou seja, as paixões e as necessidades humanas, o que é subjetivo, afetivo, livre e criador é ignorado”

A busca pela reeducação das relações étnicas raciais deve partir de uma consciência histórica fluída que se apropria de valores e princípios que serão norteadores de uma nova concepção humana em sua essência, e na prática pelas mudanças que precisam ser alcançadas, e que venham significar a transformação e a perpetuação da igualdade racial e social na inserção da mesma órbita democrática e cidadã.

O Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, não se isenta desta cumplicidade histórica frente à discriminação racial, que denotam os estereótipos impostos às minorias raciais, notadamente aos alunos negros inseridos nessa instituição de ensino, os quais lutam pelo seu espaço e inserção social, que tem sido um ponto de reflexão nessa pesquisa através das entrevistas que realizamos com as mães desses alunos, para que possamos

desenvolver políticas afirmativas que privilegia uma cidadania que se constitui a partir da igualdade racial.

Nessa direção vemos a necessidade de buscarmos uma reeducação dessas relações étnicas raciais que permeiam a sociedade brasileira. Reconhecendo como alicerce fundamental o espaço escolar em todo o seu universo ambiental, tendo como referência o chão da sala de aula, lugar de semear a justiça social, zelar pela dignidade humana, regar a interação e o respeito à diversidade racial e colher os frutos da valorização da pessoa humana. Nas palavras de Ricardo Henriques (2001, p. 1, 2), podemos afirmar que:

A desigualdade tornada uma experiência natural não se apresenta aos olhos de nossa sociedade como um artifício. No entanto, resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes. A naturalização da desigualdade, por sua vez, engendra no seio da sociedade civil resistências teóricas, ideológicas e políticas para identificar o combate à desigualdade como prioridade das políticas públicas. Procurar desconstruir essa naturalização da desigualdade encontra-se, portanto, no eixo estratégico de redefinição dos parâmetros de uma sociedade mais justa e democrática. Nesse sentido, a questão da desigualdade racial necessita ser incorporada como elemento central do debate.

Em que medida pode-se afirmar que a educação desenvolvida em nosso país em pleno século XXI tem se preocupado em romper com um modelo pronto hegemônico que ainda traz no seu bojo a reprodução dos vícios do racismo e a marginalização do negro em seu contexto sócio educativo? Embora tenhamos a implementação da lei 10639/2003 suas implicações valorativas frente ao cotidiano escolar dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, não foram apropriadas significativamente pelo currículo escolar dessa instituição de ensino.

A educação sendo vista como mola propulsora e coadjuvante da formação cidadã precisa ser ressignificada de forma que atenda as carências das minorias raciais, considerando suas necessidades e subjetividades com ênfase na pluridiversidade étnica presente na constituição de suas identidades. A esse respeito Kabengele Munanga (2005, p. 15), vem dizer que:

No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações

flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. Na maioria dos casos, praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável que consistiria, por um lado, em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral; e por outro lado, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana.

Nesse sentido nossas indagações nessa pesquisa nos levaram a avaliar e analisar as práticas curriculares desenvolvidas no ambiente escolar dessa escola e como essas práticas dialogam com a nova legislação, a lei 10639/2003 que atribui a valorização da memória e a cultura da população afrobrasileira, de forma que possa despertar nos docentes um olhar humanizado que contribua com a construção de uma nova mentalidade que promova a igualdade social e racial a partir da sala de aula, de forma que possa libertar o educador e o educando de uma educação que traz as algemas históricas da discriminação racial introjetadas pelos grupos dominantes que se refletem no mover pedagógico vigente.

Alcançar o humano em sua dignidade é um caminho a ser perseguido por todos sem os estigmas da escravidão sofrida pelos ancestrais dos afrodescendentes brasileiros marcados em sua formação social, os quais ficaram alheios às mínimas condições favoráveis de sua dignidade e formação identitária, no que tange a sua participação e integração nos espaços sócio político educacional.

A educação emancipadora somente será alcançada quando as vozes “negras” que foram silenciadas pela opressão e repressão ecoar o grito pela liberdade e igualdade pela formação e constituição de uma democracia racial e cidadã sem os ranços do racismo. Nas palavras de Kabengele Munanga (2005, p. 17),

Como, então, reverter esse quadro preconceituoso que prejudica a formação do verdadeiro cidadão e a educação de todos os alunos, em especial os membros dos grupos étnicos, vítimas do preconceito e da discriminação racial? Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade

entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que conseqüentemente exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.

Desconstruir esse éthos social impregnado pela falsa ideologia etnocêntrica e pela a sua auto valorização frente à diversidade étnica racial presente na formação da sociedade brasileira, nos colocam em uma frente de batalha a ser travada com coragem e determinação, de forma que se possa empreender estratégias diligentemente planejadas e apropriadas por professores que serão os verdadeiros heróis na luta pela busca de uma nova consciência histórica e étnica, democrática e cidadã em todos os espaços em que o negro venha ter a sua dignidade preservada.

É relevante analisar os sentimentos de vivências e pertencimentos que carregam o imaginário dos alunos afrodescendentes na sociedade brasileira em sua projeção social frente às práticas educativas em seu cotidiano escolar.

As práticas educativas quando se fundamentam pelos princípios éticos da cidadania e a valorização da dignidade humana podem assegurar a essas minorias raciais a apropriação dos seus valores étnicos e o reconhecimento de sua formação identitária.

As vozes “negras” que foram silenciadas no passado não podem se calar no presente, Essas vozes estão vibrando por acuidade e equidade, justiça e verdade, igualdade e liberdade. Escutar essas vozes significa escutar uma consciência de existência humana, fraterna, coesa, múltipla e solidaria. Nesse sentido Ana Célia Silva (2001, p. 21), vem dizer que:

Contudo, torna-se necessário refletir até que ponto as culturas oriundas dos grupos subordinados na sociedade, cujas contribuições não são consideradas como tradição e passado significativo e, por isso, são invisibilizadas e minimizadas nos currículos, poderão vir a ser objeto de investigação e constituir-se na prática educativa dos professores.

Nesse sentido rever as práticas educativas no que tange a reeducação das relações étnicas raciais em seu universo escolar, precisam perspectivar novas diretrizes

de ensino e aprendizagem pelo reconhecimento e valorização da pluridiversidade étnica e cultural e pelo resgate da dignidade desses povos.

Seguindo por esse caminho é possível enxergar e reconhecer as grandes contribuições dos povos Africanos na formação da sociedade Brasileira em todos os seus aspectos de desenvolvimento e colaboração em diferentes áreas e em diversos lugares podemos encontramos as marcas indeléveis e inteligíveis de sua presença.

Colocar em evidencia esse legado embora suas atribuições ainda lhes são negadas, significa esclarecer e tornar público às gerações presentes e futuras a valorização pela rica participação desses povos na consolidação econômica, social e cultural do Brasil.

Os traumas da escravidão e a violência contra a personalidade humana dos afrodescendentes ainda se refletem no medo, na submissão, nas vozes silenciadas, pelo sentimento imposto de inferioridade e desigualdade racial. É imprescindível e relevante uma intervenção pedagógica na formação da consciência histórica dos nossos alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, de forma que as matrizes constitutivas de nossa sociedade sejam vistas sem os estereótipos do preconceito e a discriminação racial. Nas palavras de Ana Célia Silva (2001, p. 22), afirmamos que:

Nesse sentido, afirmo que cabe uma formação específica para o professor de Ensino Fundamental, com o objetivo de fundamentá-lo para uma prática pedagógica, com as condições necessárias para identificar e corrigir os estereótipos e a invisibilidade constatados nos materiais pedagógicos, especificamente nos textos e ilustrações dos livros didáticos. Acredito que desmontar os estereótipos possa vir a ser um dos objetivos específicos dos cursos de formação de professores, especialmente para os das séries iniciais, como uma das formas de visibilizar as diferentes práticas cotidianas, experiências e processos culturais, sem o estigma da desigualdade, colocando todos eles como parte do passado significativo, da tradição e do conhecimento universal.

Reeducar as relações étnicas Raciais durante esse processo de ensino e aprendizagem torna-se algo a ser desenvolvido ao longo de toda a jornada pedagógica dos nossos professores, de modo que a consciência histórica constituída pela preponderância da dominação, imposição e discriminação não se perpetue pelos grupos dominantes que por longos anos fossilizaram as suas indiferenças de várias formas contra as minorias raciais impedindo-as de cultivarem uma nova consciência histórica a partir de sua importante participação empreendida pelos seus ancestrais como corroboradores no processo de constituição da sociedade brasileira.

Desvelar os ensejos e sentimentos que carregam as mães dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, frente às aspirações sociais e educacionais que permeiam o universo escolar de seus filhos é algo que foi investigado e tratado com fundamental atenção nessa pesquisa.

Identificamos nas entrevistas o posicionamento dessas mães e o que elas pensam e esperam sobre a educação que chegam aos seus filhos nas escolas públicas, sendo um dos principais objetos de nossa investigação.

Nesse sentido devemos analisar em que medida as práticas educativas desenvolvidas no espaço escolar podem buscar caminhos e estratégias que possam melhor identificar as principais necessidades dos alunos negros pela sua afirmação identitária em toda sua trajetória escolar. A reeducação das relações étnicas raciais precisa ser empreendida e acometida a partir da real situação que se encontram essas minorias raciais.

A esse respeito Ivone Jesus Alexandre (2006, P. 25), vem afirmar que:

A questão da formação pedagógica é um dos problemas que interferem diretamente na vida escolar dos alunos negros; pois, ao desconsiderar o motivo da concentração do aluno negro nos estratos mais baixo, também não se percebe o discurso ideológico, em relação à aprendizagem desses alunos.

A pesquisa com as mães dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, propõe uma reeducação das relações étnicas raciais durante todo o processo da construção dos saberes escolares, no que tange a história dos povos Africanos sem os estigmas e os estereótipos presentes no fazer pedagógico, com ênfase na importante formação identitária dos afrodescendentes no Brasil, sem colocar em detrimento o seu ethos social que caracteriza sua subjetividade e dignidade humana, o professor precisa estar preparado e reeducado para identificar essas nuances inseridas nas produções pedagógicas que subliminarmente inferiorizam os povos afrodescendentes. Desconstruir essas ideologias fluentes no universo pedagógico é um caminho a ser trilhado por todos os educadores que almejam resgatar as vozes dos silenciados, que ecoam por justiça e igualdade. Nas palavras de Ana Célia Silva (2001, p. 24), consideramos que:

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didáticos pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a autorrejeição e a baixa autoestima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado. O professor pode vir a ser um mediador inconsciente dos estereótipos se for formado com uma visão acrítica das instituições e por uma ciência tecnicista e positivista, que não contempla outras formas de ação e reflexão.

Somente uma educação vista de baixo poderá ser valorativa e emancipadora podendo conectar-se aos anseios e demandas que se encontram a população afrodescendente pela busca do seu espaço e afirmação na sociedade brasileira, notadamente os alunos negros que estudam nessa instituição pública de ensino. Haja vista que o olhar visto por essas mãos investigadas demonstram a ineficácia do currículo escolar frente às relações étnicas raciais no cotidiano escolar, assim como um diálogo significativo com a nova legislação.

Assim vemos que a apropriação de mecanismos educacionais para efetivação da defesa das minorias raciais deve ser constituída com justiça respeito e dignidade com a população afrodescendente brasileira. Os alunos negros devem ser assistidos em seu cotidiano escolar com total liberdade de expressão, participação e interação interpessoal de maneira saudável construtiva e valorativa.

A reeducação das relações étnicas raciais deve ser multicultural com respeito à diversidade e com o desenvolvimento de uma democracia cidadã que privilegia práticas educacionais a partir de ações humanizadoras de integração.

Identificar os enfrentamentos dos alunos negros em seu universo escolar torna-se imprescindível para buscarmos novas estratégias pedagógicas que verdadeiramente possam contribuir para revertermos esse quadro de discriminação e perseguição implícita direta e indiretamente no fazer pedagógico que os atingem e os desumanizam em seu cotidiano escolar. A esse respeito Ana Célia Silva (2001, p. 25), vem dizer que:

A presença do negro nos livros, frequentemente como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a história de Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar algo do que foi a organização sociopolítica, econômica e cultural na África pré-colonial; e também sobre a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas.

As vozes dos alunos negros ainda continuam sendo silenciadas pelo descaso social e educacional, pelo medo da repressão, pela impunidade e tipificação dos fatos que marginalizam sua dignidade, integridade e formação identitária.

Romper com essas práticas educativas, as quais estão carregadas pelo preconceito e discriminação racial contra os alunos afrodescendentes brasileiros torna-se um papel essencial e de extrema importância no fazer pedagógico para se depreender uma educação valorativa e emancipadora que privilegie a história do negro não apenas no contexto da escravidão, mais que evidencie suas ricas contribuições na formação da sociedade brasileira no campo artístico, cultural e tecnológico. A esse respeito Denise Maria Botelho (1999, P. 31), vem afirmar que:

O desconhecimento das práticas culturais, tais como modo de vida, crenças religiosas, hábitos culturais, formas de organização social, somado a ideias estereotipadas e preconceituosas são terreno fértil para as práticas racistas. Grupos de estudos que possibilitem a análise e a reflexão sobre estratégias de igualdade e inclusão dos diferentes, na realidade educacional, são necessárias para alterar a condição das populações discriminadas.

A memória e a cultura afro-brasileira estão vivas e fluentes nas vozes das mães dos alunos negros, as quais anseiam por uma educação que reconheça e considere a dignidade humana de seus filhos com respeito, justiça e igualdade, sem os sofismas da falsa democracia racial social e educacional. Validar as vozes silenciadas dessas mães tem se tornado um ponto de reflexão e investigação nessa pesquisa para avaliarmos em que medida essa população, notadamente as minorias raciais se encontram nos dias de hoje em relação à sua inserção social, política e econômica.

Elucidamos nas entrevistas com as mães dos alunos negros alguns avanços considerados de grande relevância que corroboram na luta pela promoção da igualdade racial e social, assim como a lei 10639/2003, no entanto os enfrentamentos por políticas afirmativas em defesa da igualdade racial e social tem colocado a população afrobrasileira em constantes trincheiras, sem condições de se locomoverem, e assumir uma posição social e educacional com dignidade humana.

Nessa direção se encontram os alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, que estão inseridos nesse cenário histórico de discriminação racial, como remanescentes de um passado austero e indissolúvel, cujo presente busca se livrar desses resquícios que trazem os estereótipos que os assombram e aterrorizam.

As memórias dessas mães entrevistadas não podem ser apagadas para que sejam totalmente esquecidas, suas vozes não serão mais silenciadas, pois ecoam em sinfonia em constante luta por justiça e igualdade racial e social, seus sonhos e aspirações por uma educação valorativa e emancipadora devem ser alcançados. Haja vista que as práticas educativas precisam ser revistas e ressignificadas de forma que os alunos negros sejam protagonistas de sua própria história com dignidade, integridade e subjetividade.

Nesse sentido torna-se necessário e imprescindível identificar quais estereótipos estão ainda impregnados no fazer pedagógico, os quais infelizmente acabam contribuindo para invalidar e marginalizar todo o processo de políticas afirmativas que defendem os alunos negros em sua busca pela a igualdade racial. Nas palavras de Ana Célia Silva (2001, p. 26), podemos afirmar que:

Existe por parte de muitos professores uma baixa expectativa em relação à capacidade dos alunos negros e pertencentes às classes populares. As origens dessa baixa expectativa podem estar na internalização da representação do negro como pouco inteligente, “burro”, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, um estereótipo criado para justificar a exclusão no processo produtivo pós-escravidão e ainda na atualidade.

A democracia cidadã que buscamos apropriar no que tange a reeducação das relações étnicas raciais está inserida no mover humano, em ações e práticas pedagógicas realmente significativas e eficientes que perspectiva uma educação exímia que rompa com a ideologia e os interesses do capital, assim como a dignidade humana dos alunos afrobrasileiros.

As feridas da escravidão ainda estão abertas não mais na carne e no sangue da população negra, mas estão audíveis e visíveis aos olhos daqueles que trazem em suas vivências as memórias da exclusão e das desigualdades sociais causadas pelos estigmas da cor de sua pele.

Os remédios podem minimizar a dor física, mas são ineficientes e tornam-se paliativos diante das feridas da alma marcadas nos afrodescendentes pelo preconceito e desigualdade social e racial.

As vacinas da prevenção contra o vírus do racismo podem ser manipuladas, testadas e aprovadas quando forem administradas primeiras no fazer pedagógico e nas práticas educacionais. Nessa ordem biológica deve-se erradicar essa doença e o seu terrível contágio com a profilaxia da valorização da pessoa humana em sua essência e

dignidade com os anticorpos da equidade, integridade e justiça social. Nessa direção Ana Célia Silva (2001, p. 26), vem dizer que:

Os estereótipos, a representação parcial e minimizada da realidade, conduzem o estereotipado e representado, em grande parte, à autorrejeição, à construção de uma baixa autoestima, à rejeição ao seu assemelhado, conduzindo-o à procura dos valores representados como universais na ilusão de tornar-se aquele outro e de libertar-se da dominação e interiorização.

A avaliação diagnóstica que identifica essa interiorização subjetiva apropriada pelos alunos negros precisa ser tratada com uma reeducação das relações étnicas raciais de forma que possa resgatar o direito à memória e a defesa de sua dignidade humana, empreendidas em todo universo escolar para poder desenvolver mecanismos que contemplem práticas pedagógicas eficientes que assegurem e defendam a inserção das minorias raciais na órbita igualitária nos espaços sócio político educacionais.

Ressignificar os conteúdos históricos que abordam a participação dos povos de matrizes africanas em toda sua trajetória que perpassa as transformações políticas, sociais e econômicas da sociedade brasileira de modo que o negro seja reconhecido pelas suas potencialidades e contribuições empreendidas de forma significativa e eficiente como partícipes na formação de nossa sociedade.

Resgatar esses valores com o seu real significado implica em uma reeducação pedagógica moldada pela riqueza e grandeza da memória e cultura dos afrodescendentes em vários aspectos que consolidam o processo de construção e formação que constitui a grande nação brasileira.

Os alunos precisam ter acesso a um conhecimento que não venha omitir esses fatos que caracterizam e destacam a história dos povos africanos no Brasil. A importante presença e participação desses povos para a consolidação da sociedade brasileira devem ser analisadas e estudadas sem os estereótipos da dominação e inferiorização as quais lhes foram injustamente acometidas ao longo dos séculos. Nas palavras de Ana Célia Silva (2001, p. 33), podemos considerar que:

Acredito que é possível formar o professor de Ensino Fundamental, no sentido de utilizar de forma crítica o livro didático, transformando esse livro em um instrumento gerador de consciência crítica. A desconstrução da ideologia que desumaniza e desqualifica pode contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico/racial

e autoestima dos afrodescendentes, passo fundamental para a aquisição dos direitos de cidadania.

A educação que privilegiamos para a nossa sociedade passa a ser gestada com práticas de reconhecimento, respeito e valorização das múltiplas participações dos povos que compõem esse cenário histórico que representa as riquezas e a diversidade étnica cultural que compõem a sociedade brasileira.

A busca pela nova reeducação das relações étnicas raciais é um caminho que tem se tornado longo e árduo para a população afrodescendente no Brasil, que lutam pela afirmação de sua formação identitária e a sua inserção em todos os espaços sem sentir na pele a desigualdade racial e social.

A democracia racial e cidadã que desejamos e vislumbramos para a nossa sociedade somente poderá ser alcançada e disseminada quando o fazer pedagógico e as práticas educativas se descontaminarem e se curarem das doenças hereditárias de seus ancestrais que lhes transmitiram os vetores que causam as desigualdades sociais e raciais.

A educação valorativa e emancipadora é capaz de produzir o soro da imunização contra o racismo, da justiça social, do respeito a diversidade multicultural, da igualdade étnica racial, pois os anticorpos por ele produzido fortalecem os laços da dignidade humana.

Nessa direção asséptica e preventiva no que tange a reeducação das relações étnicas raciais no cotidiano escolar, acreditamos na ressignificação do fazer pedagógico, podendo ser gestada no ambiente escolar e social uma semente que possa germinar no futuro uma nova consciência histórica a partir de um modelo que não se vincule a uma supremacia quer seja cultural ou étnica racial. Nas palavras de Nilma Lino Gomes (2001, P. 147), podemos afirmar que:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/ realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os (as) educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade. É preciso que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe

para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores.

Romper com todas as formas de preconceito e discriminação frente às barreiras da exclusão impostas aos afrodescendentes no espaço escolar e social não se torna apenas uma meta a ser perseguida pelas práticas educacionais e sim uma justiça a ser exercida e eficazmente efetivada.

A falsa democracia racial não reconhece essas discrepâncias sociais e raciais que continuam atingindo e ferindo os afrodescendentes em sua dignidade e identidade. As carências sociais podem ser identificadas principalmente nas necessidades de afirmação e inclusão que apresentam as minorias raciais no que tange a sua participação e inserção no espaço escolar e social. A esse respeito Antônio Olímpio de Sant' Ana (2001, P. 39-40), vem dizer que:

Vamos pensar nas pessoas negras, as maiores vítimas do racismo em nossa sociedade (que inclui a sua sala de aula, não se esqueça). Você já pensou quantos(as) de seus(uas) alunos(as) negros(as) passam por essa dolorosa experiência diariamente? Você tem uma ideia das consequências dessa desagradável experiência para os seus alunos discriminados? E você, já imaginou o quão importante é você se colocar como parte da solução, fortalecendo o diálogo franco e esclarecedor entre os seus (suas) alunos (as), objetivando diminuir e/ou acabar com a prática do racismo, reforçando a autoestima dos (as) mesmos (as) em sua sala, em sua escola, na sua comunidade?

A educação valorativa e emancipadora que defendemos devem partir de uma verdadeira formação da consciência histórica da população afrodescendente, sem os estereótipos que os marginalizam no fazer pedagógico, nos livros didáticos e nas práticas educativas conscientes e inconscientes que os desnaturalizam, desumanizam e os excluem da possibilidade de inclusão social e cidadã. A esse respeito Heloisa Pires Lima (2001, P. 103), vem afirmar que:

Geralmente, quando personagens negros entram nas histórias aparecem vinculados à escravidão. As abordagens naturalizam o sofrimento e reforçam a associação com a dor. As histórias tristes são mantenedoras da marca da condição de inferiorizados pela qual a humanidade negra passou. Cristalizar a imagem do estado de escravo torna-se uma das formas mais eficazes de violência simbólica. Reproduzi-la intensamente marca, numa única referência, toda a população negra, naturalizando-se, assim, uma inferiorização datada. A eficácia dessa mensagem, especialmente na formatação brasileira, parece auxiliar no prolongamento de uma dominação social real. O modelo repetido marca a população como perdedora e atrapalha uma

ampliação dos papéis sociais pela proximidade com essa caracterização, que embrulha noções de atraso.

Nessa direção torna-se imprescindível a formação de uma consciência histórica que seja humanizada e pedagógica na perspectiva da busca pela nova reeducação das relações étnicas raciais de forma que permita abordar novas reflexões e entendimentos sobre a dinâmica das práticas educativas desenvolvidas no ambiente escolar para a promoção da igualdade racial com um diálogo eficiente e eficaz. A educação valorativa que pretendemos alcançar se coloca para além dos anseios que demandam o capital em suas cruéis exigências que pauperizam e degradam as minorias raciais e as extirpam de seus direitos e sua dignidade.

Enxergar esses conflitos que movem e sustentam as desigualdades sociais e étnicas raciais no Brasil é um caminho a ser trabalhado sem os vícios dos estereótipos que agregam a supremacia preponderante de uma educação que reproduza um modelo político econômico e hegemônico de cunho eurocêntrico.

A incipiente busca pela nova reeducação das relações étnicas raciais parte de um consenso que objetivam ações que viabilizam práticas educativas que promovam o assentimento da população afrodescendente brasileira na mesma esfera política e social. Nessa direção Nilma Lino Gomes (2001, P. 154), vem dizer que:

Todos nós estamos desafiados a pensar diferentes maneiras de trabalhar com a questão racial na escola. Será que estamos dispostos? Podemos, enquanto educadores (as) comprometidos (as) com a democracia e com a luta pela garantia dos direitos sociais, recusar essa tarefa? A nossa meta final como educadores (as) deve ser a igualdade dos direitos sociais a todos os cidadãos e cidadãs. Não faz sentido que a escola, uma instituição que trabalha com os delicados processos da formação humana, dentre os quais se insere a diversidade étnico-racial, continue dando uma ênfase desproporcional à aquisição dos saberes e conteúdos escolares e se esquecendo de que o humano não se constitui apenas de intelecto, mas também de diferenças, identidades, emoções, representações, valores, títulos... Dessa forma, entendo o processo educacional de uma maneira mais ampla e profunda. Poderemos avançar no nosso papel como educadores/as e realizar um trabalho competente em relação à diversidade étnico-racial.

Entretanto os divisores de águas que caracterizam as carências sociais das minorias raciais ainda continuam sendo uma constante que afetam e prejudicam a progressão e a inserção dos negros nesse processo de desenvolvimento social. As pontes de acesso para aqueles que estão do outro lado do rio estão quebradas a séculos e os

reparos feitos tem se tornado ineficazes diante do peso do preconceito e discriminação racial que inviabiliza uma travessia segura para esses povos.

As bases para a construção dessa ponte que une os povos devem ser bem alicerçadas na justiça social e na perspectiva de uma educação valorativa e emancipadora que resgate os valores da dignidade humana em sua essencialidade. Os cálculos matemáticos devem ser precisos nessa engenharia de construção e inclusão social, não pode faltar nada que comprometa o livre acesso em sua total segurança e sustentabilidade em trânsito livre sem colisões.

Essa ponte da igualdade racial deve ser bem sinalizada para que ninguém jamais ultrapasse os limites da dignidade humana, de forma que essa travessia seja de livre acesso por ambos os povos, garantindo-lhes os mesmos direitos de ir e vir, e de se apropriarem das mesmas oportunidades com justiça e equidade. Nesse sentido Véra Neusa Lopes (2001, P. 187), vem afirmar que:

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas dessemelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais.

Nessa direção podemos caminhar juntos na luta pelo fim das desigualdades sociais e raciais, com a apropriação de novas práticas educacionais que ressignifique o fazer pedagógico e que se comprometa com a busca pela nova reeducação das relações étnicas raciais, e que esteja em consonância com a aquisição de seu espaço, valorização e afirmação social.

As lutas assíduas pela afirmação e igualdade racial dos povos afrodescendentes no cotidiano escolar, e o seu reconhecimento enquanto coparticipantes da formação e construção da sociedade brasileira devem ser trabalhadas de forma que haja uma desconstrução do mito da democracia racial, contribuindo para o seu pertencimento étnico e união da defesa pela a igualdade racial.

Desvelar essas máscaras do racismo é uma das formas de expor a sua nudez e os seus males causados à população afrodescendente brasileira, de modo que seja repugnado por todos que o introjetaram e aqueles que continuam reproduzindo-o. Vestir-se de uma nova roupagem com os paramentos que promovam o sentimento de pertencimento de cada povo segundo o seu éthos social sem a preponderância da desigualdade racial frente às múltiplas identidades que permeiam nossa sociedade.

A reeducação das relações étnicas raciais no cotidiano escolar deve ser trabalhada conjuntamente com todas as disciplinas, sendo necessário esse envolvimento coletivo e docente pela busca da desconstrução do racismo presente no ambiente escolar

e no fazer pedagógico. Ainda vemos nos livros didáticos a figura do negro sendo representada apenas com a imagem de um escravo, que denotam aos alunos a sua dor e o seu sofrimento, isso é fato histórico o seu desterramento, a sua espoliação e sofrimento frente aos traumas físicos e psicológicos que lhes foram acometidos.

Entretanto torna-se relevante demonstrar aos alunos a sua eficiente contribuição em diversas áreas que envolveram a tecnologia africana no processo do desenvolvimento econômico da colônia, no que tange a engenharia de construção, a metalurgia e a produção têxtil etc., assim como elucidar o seu posicionamento e resistência contra as mais cruéis formas de escravidão. Segundo Henrique Cunha Júnior, (2010, P. 15), podemos afirmar que:

A compreensão do fio da história africana é necessária para entendimento do desenvolvimento de conhecimentos técnicos, profissionais e científicos nas diversas regiões africanas, que constituíram um capital cultural significativo e fundamental para a colonização do Brasil, sob o domínio português na forma do escravismo criminoso da mão de obra africana. O acervo de conhecimentos que possibilitou a empresa de produção colonial portuguesa no Brasil é majoritariamente africano. Embora muitas culturas coloniais sejam pensadas de forma errada como portuguesas, a exemplo da cultura do couro e do gado, isto se deu devido ao desconhecimento pelos historiadores e intelectuais brasileiros do passado e do desenvolvimento civilizatório africano.

Nessa compreensão podemos seguir com um novo fazer pedagógico e com novas práticas educativas que atribua aos povos africanos o reconhecimento de suas contribuições no processo que constitui a formação da sociedade brasileira, sem a figura do negro vista nos livros didáticos, apenas com a imagem que o inferioriza e o caracteriza apenas como um escravo.

A supressão desses valores e saberes no que tange a sua memória e cultura durante esse período, assim como as permanências na contemporaneidade, ferem a dignidade dos afrodescendentes e coloca-os em detrimento na formação de uma consciência histórica valorativa e identitária, a qual é representada nos livros didáticos com os estereótipos que os inferiorizam e os excluem de suas capacidades extirpando da memória dos remanescentes negros suas potencialidades e importantes contribuições na formação da sociedade brasileira, em suas diversas áreas econômicas, tecnológicas e culturais. A esse respeito Antônio Olímpio de Sant' Ana (2001, P. 50), vem dizer que:

Quando falamos em discriminação étnico-racial nas escolas, certamente estamos falando de práticas discriminatórias, preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre os estudantes, professores, direção da escola, mas também o forte racismo repassado através dos livros didáticos.

Não nos esquecendo, ainda, do racismo institucional, refletido através de políticas educacionais que afetam negativamente o negro.

Nessa direção do mover pedagógico institucional, torna-se imprescindível ressignificar as práticas educacionais no cotidiano escolar com ênfase a um olhar que valorize e respeite a dignidade humana presente na diversidade étnica racial em sala de aula de forma que o racismo seja extirpado do fazer pedagógico, o qual constantemente tem sido reproduzido pelos professores de forma consciente ou inconsciente através dos livros didáticos e por práticas discriminatórias preconceituosas. Nas palavras de Denise Maria Botelho (1999, P. 32), podemos afirmar que:

A análise de alguns indicativos do quadro educacional brasileiro, tais como utilização de material didático de cunho racista, a grande exclusão de alunos negros do sistema formal de ensino, as elevadas taxas de analfabetismo junto a população negra, fragilização da identidade racial, a autoestima rebaixada e muitos outros fatores apontam para a permanência de práticas discriminatórias nas escolas. A escola e seus agentes acabam esquivando-se do compromisso do combate aos racismos existentes nesse âmbito.

O professor precisa estabelecer um canal de comunicação seguro entre as múltiplas tarefas de compreensão e apropriação dos saberes que se traduzem no espaço escolar, os quais são manifestados pela pluridiversidade étnica cultural inserida nesse espaço escolar e que devem ser vistos como parte integrante e fundamental nesse processo de construção, trocas de saberes e desenvolvimento escolar em suas mais variadas dimensões em que o humano se faz presente. Nesse sentido Nilma Lino Gomes (2001, P. 147), vem dizer que:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/ realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os (as) educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade. É preciso que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores.

As ações efetivas para a promoção do fim das desigualdades sociais e raciais na sociedade brasileira devem partir de ações conjuntas de um novo fazer pedagógico sustentado por políticas públicas inclusivas e reparatórias que possam assegurar a todos

que ainda vivem às margens dos seus direitos e oportunidades uma cidadania que promova a integração e a valorização da pessoa humana, inerentes ao seu éthos social e formação identitária.

Nessa perspectiva encontramos os alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, os quais estão inseridos nessa trama que envolve a diversidade étnica racial no cotidiano escolar dessa instituição de ensino, cuja resultante dessas relações estabelecem os divisores de águas no fazer pedagógico, que ainda os colocam do outro lado do rio, às margens estrangeiras que os impedem de sua total inclusão e aceitação de forma igualitária, social e cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, após ter percorrido por longos caminhos de leituras e investigações, encontramos nessa jornada científica um das principais barreiras que caracteriza as desigualdades sociais e raciais, as quais se erguem implicitamente no fazer pedagógico e se desenvolvem no universo da educação, cuja reprodução se faz consciente e visível nas práticas educativas arroladas no cotidiano escolar das minorias raciais, notadamente dos alunos afrodescendentes.

Esse trabalho buscou investigar um olhar visto de baixo pelas mães dos alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, cujas vozes silenciadas foram validadas, sentidas e apropriadas de forma que as implicações que permeiam as relações étnicas raciais no ambiente escolar dessa instituição de ensino sejam construídas a partir dos anseios que carregam essas minorias raciais frente à educação que os seus filhos recebem, as quais vislumbram uma educação que se comprometa em defender a igualdade racial e social.

Ao problematizar as variáveis educacionais apresentadas nos depoimentos realizados na pesquisa com as mães dos alunos negros, no que tange as possíveis mudanças nas práticas educativas com a implementação da lei 10639/2003, no cotidiano escolar, identificamos a ineficácia do currículo dessa unidade de ensino, assim como a falta de um diálogo significativo que promova uma compreensão valorativa dessa nova legislação. A esse respeito Nilma Lino Gomes (2012, P. 102), vem dizer que:

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos.

Nessa direção percebemos que o sistema educacional brasileiro necessita de uma ressignificação, cuja moldagem deve partir de um novo fazer pedagógico, que possa promover de forma consciente e responsável a busca de uma reeducação das relações étnicas raciais, com respeito e valorização das minorias raciais, assegurando-lhes o direito ao resgate e a preservação da memória e cultura de seus ancestrais, de

forma que seja reconhecido no currículo escolar e apropriado nas práticas educativas a relevante importância da participação da população africana na formação social e cultural da sociedade brasileira.

Nessa condução encontramos os alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, que ainda permanecem do outro lado do rio, fossilizados pela preponderância de um modelo educacional que defende uma democracia racial que não reconhece a difícil jornada que trilham as minorias raciais em busca da sua dignidade, pertencimento e formação identitária. Nas palavras de ¹Nilma Lino Gomes consideramos que:

Articular educação e identidade negra é um processo de reeducação do olhar pedagógico sobre o negro. A escola, como instituição responsável pela socialização do saber e do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, possui um papel importante na construção de representações positivas sobre o negro e demais grupos que vivem uma história de exclusão. Mais do que simplesmente apresentar aos alunos e às alunas dados sobre a situação de discriminação racial e sobre a realidade social, política e econômica da população negra, a escola deverá problematizar a questão racial. Essa problematização implica descobrir, conhecer e socializar referências africanas recriadas no Brasil e expressas na linguagem, nos costumes, na religião, na arte, na história e nos saberes da nossa sociedade. Essa é mais uma estratégia pedagógica que, na minha opinião, toca de maneira contundente nos processos identitários dos negros e possibilita a construção de representações positivas tanto para estes quanto para os brancos e demais grupos étnico/raciais.

As pontes de acesso para alcançar as minorias raciais estão quebradas há séculos, e os recursos para erguê-las estão escassos, embora tenhamos muitos mestres em obras que desejam transpor esses divisores de águas, o engenheiro chefe que determina o custo dessa manutenção não aprova o projeto, visto que os que estão do outro lado do rio devem permanecer em seus estratos sociais para atender a lógica do capital em detrimento de sua dignidade, cultura e formação identitária.

¹Professora da Faculdade de Educação da UFMG. Doutora em Antropologia Social/USP. Coordenadora do Programa Ações Afirmativas na UFMG. Este artigo foi publicado na revista *Aletria: alteridades em questão*, Belo Horizonte, POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, v.06, n.09, dez/2002, p. 38-47. No entanto, a presente publicação apresenta algumas modificações em relação ao texto original.

Alcançar as minorias raciais que estão às margens de uma cidadania inclusiva e igualitária é um caminho que deve ser proposto através de um novo fazer pedagógico, cuja essência precisa estar embasada na valorização da pessoa humana, que privilegie uma prática educativa emancipadora e equânime, que reconheça e considere de forma justa a riqueza presente na diversidade étnica cultural da sociedade brasileira.

Essas interpelações devem ser ajuizadas e efetivadas por todos os professores que buscam a reeducação das relações étnicas raciais no cotidiano escolar dos alunos negros, haja vista que estamos amparados por uma nova legislação, a lei 10639/2003 que estabelece as diretrizes assertivas que promove a formação de uma nova consciência histórica a partir da valorização dos povos africanos e da cultura afrobrasileira e da diversidade na construção histórica e cultural do nosso país, assim como a igualdade social e racial da sociedade brasileira. A esse respeito Nilma Lino Gomes (2012, P. 105), afirma que:

Nesse sentido, a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afrobrasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências. Não há nenhuma “harmonia” e nem “quietude” e tampouco “passividade” quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade. Esse “outro” deverá ter o direito à livre expressão da sua fala e de suas opiniões. Tudo isso diz respeito ao reconhecimento da nossa igualdade enquanto seres humanos e sujeitos de direitos e da nossa diferença como sujeitos singulares em gênero, raça, idade, nível socioeconômico e tantos outros. Refere-se também aos conflitos, choques geracionais e entendimento das situações-limite vivenciadas pelos estudantes das nossas escolas, sobretudo aquelas voltadas para os segmentos empobrecidos da nossa população.

Nesse sentido consideramos que a reeducação das relações étnicas raciais deve partir de um novo fazer pedagógico, que se apropria com clareza e responsabilidade com a aplicação da nova legislação no ambiente escolar, de forma que as implicações em relação às minorias raciais, notadamente os alunos negros do Centro Educacional Municipal Professor Hermenegildo Marques Veloso na cidade de Araguari MG, sejam voltadas para que ocorram mudanças significativas no processo de ensino e aprendizagem, depreendendo uma educação antirracista.

A pesquisa realizada com as mães dos alunos negros nos revela que existe uma ideologia racial presente no cotidiano escolar dessa instituição de ensino, a qual traz em sua prática pedagógica uma educação que desumaniza a dignidade humana dos seus alunos afrodescendentes, assim como o direito à memória, cultura e formação identitária desses sujeitos. Nas palavras de Munanga, (2005, P. 15), consideramos que:

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. Na maioria dos casos, praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável que consistiria, por um lado, em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral; e por outro lado, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana.

Nesse cenário educacional identificamos um palco aparelhado pelos seus parâmetros curriculares e a normatização de suas bases, esses paradigmas nos parecem perfeitos, observados e seguidos, a plateia aplaude e se mostra contente com esse modelo, a maquiagem está perfeita, podemos ser felizes, não há com que se preocupar. Entretanto do outro lado das cortinas, nos bastidores, encontramos outra realidade, são os atores principais dessa peça, os quais tem que sorrir, mais com vontade de chorar, para esse grande público, a nossa sociedade que se faz omissa, ou desconhece, ou não se importa com o futuro das minorias raciais, notadamente dos nossos alunos e irmãos negros.

Por fim, propomos indagar nessas considerações até quando as vozes dos alunos negros serão silenciadas? Em que medida elas serão ouvidas, consideradas e valorizadas? Em que medida a memória e a cultura afrobrasileira será validada pela nossa sociedade? Assim como lhes assegurar o direito a igualdade racial e social, justiça, pertencimento e formação identitária, esperamos que essas indagações abram

portas a novas pesquisas que se comprometa com a defesa da dignidade humana e cidadã da população afrodescendente na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Janeslei Aparecida. **O Racismo silencioso em escolas públicas de Curitiba: Imaginário, poder e exclusão social.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa: "Cultura, Saberes e Práticas Escolares", Universidade Federal do Paraná. CURITIBA 2003.

ALEXANDRE, Ivone Jesus. **Relações Raciais: O explícito e o implícito nas interações entre alunos em uma escola pública.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Educação, Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. CUIABÁ-MT, 2006.

BARBOSA, Joaquim. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro.** Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador). – Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2007.

BOTELHO, D.M. **Educadores e Relações Raciais.** Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum., Sao Paulo, 9(2), 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador** Trad. André Telles. Rio de Janeiro ZAHAR: 2001.

BUENO, Angélica Alves. **Sonhos Alheios: Contornos e limites da (RE) organização do Sistema Escolar Brasileiro,** Catalão (GO) 1990-2015 [manuscrito] / Angélica Alves Bueno.

Caderno Informativo Nº 1. **Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR.** Prefeitura Municipal de Araguari. Araguari – MG. 2015.

CANEN, Ana. **“Universos Culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural”.** Revista Educação & Sociedade. Ano 22, n. 77, dez. 2001, p. 207-227.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica.** Rio de Janeiro. FGV de Bolso. 2011.

CERRI, Luis Fernando. **Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história.** Revista de História Regional 6(2): 93-112, Inverno 2001.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** 2ª ed. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003. Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes curriculares Nacionais da educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei

10.639/2003. Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial Mec/Mj/sePPIr No 605 de 20 de Maio de 2008.

CUNHA JÚNIOR, Henrique, 1952- **Tecnologia africana na formação brasileira.** / Henrique Cunha Junior. - Rio de Janeiro : CeaP, 2010. II

FLORES, Elio Chaves. **Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica.** In: SAECULUM – Revista de História [16]; João Pessoa, jan./jun. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História.** 4 ed. Campinas: Papyrus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. [org] **Ensino de História e Cidadania.** Campinas São Paulo: Papyrus, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação** – Superando o Racismo na escola. Terceira Impressão / [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** 167 Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, raça e gênero: Relações Imersas na Alteridade.** GT “Gênero e Raça”, XX Reunião Brasileira de Antropologia e I Conferência: Relações Étnicas e Raciais na América Latina e Caribe, em abril de 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos.** Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça & Gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas em educação.** Brasília: UNESCO, 2002.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90.** INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA / MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. ORÇAMENTO E GESTÃO. Texto para discussão Nº 807, p. 1,2- 2001.

LIMA, Ana C. R. E. **Caminhos da aprendizagem da docência: os dilemas profissionais dos professores iniciantes.** In: VEIGA, Ilma P. A.D'ÁVILA, Cristina. **Profissão Docente: novos sentidos, novas perspectivas.** 2 ed. Campinas: Papyrus, 2013.

LIMA, Heloisa Pires. **PERSONAGENS NEGROS: UM BREVE PERFIL NA LITERATURA INFANTO- JUVENIL**– Superando o Racismo na escola. Terceira Impressão / [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2001.

LOPES, Véra Neusa. **RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO- Procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos.** – Superando o Racismo na escola. Terceira Impressão / [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2001.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista**, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MESZAROS, Istvan. **A educação para além do capital.** Buenos Aires: Revista Theomai, nº15, p.107-130- 2007.

MORIN, Edgar, 1921- **Os sete saberes necessários à educação do futuro** / Edgar Morin; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MUNANGA, Kabengele. Organizador. – **Superando o Racismo na escola.**/ 2ª edição revisada / [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo.** Petrópolis: Vozes; INL, 4º ed., 1977.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: Um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares.** Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1999.

NOGUEIRA, M. A. e CATANI, D. (Orgs.) **Escritos de Educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NÓVOA, A. (coord.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores.** Porto: Editora Porto. 2002.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia** / Maria Helena Souza Patto. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência.** In.PIMENTA (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 1999.

RICOEUR, Paul. **O passado tinha um futuro.** In. MORIN, Edgar. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI.** Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

RUSEN, Jörn. Didática: **Funções do Saber Histórico**. In. RÜSEN, Jörn. **História Viva: Teoria da História III – formas e funções do conhecimento histórico**. Trad. Estevão Rezende Martins. Brasília: Ed. da UnB, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Historia das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SANT’ANA, Antônio Olímpio de. **História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados**. – Superando o Racismo na escola. Terceira Impressão / [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2001.

SANTOS, Iusley Monteiro. **O Ensino de História em Goiás, na Educação Básica, nos Programas Curriculares da SEDUC/GO: do Currículo em Debate ao Pacto pela Educação**. Catalão GO: 2016.

SILVA, Ana Célia. **A DESCONSTRUÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO NO LIVRO DIDÁTICO** – Superando o Racismo na escola. Terceira Impressão / [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2001.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.) **Aprender História: Perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Unijuí, 2009. Capítulos 1 a 4 e 10.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **Dando nome às diferenças**. São Paulo: Humanitas, 2001.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

THEODORO, Mário. JACCOUD, Luciana. **Raça e Educação: os limites das políticas universalistas**. Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador). – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007.

VEIGA, Cynthia Greive, 1958- **História da educação** / Cynthia Greive Veiga. – São Paulo: Ática, 2007 328p. – (Ática Universidade).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Formação de Professores: Políticas e Debates**. São Paulo: Papirus, 2002.

WEDDERBUM, Carlos Moore. **Do Marco Histórico das Políticas Públicas de Ação Afirmativa**. Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador). – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007...

FONTES
Entrevistas Realizadas

Daniela Beatriz Alves, 40 anos, do lar.

Letícia Rosa da Silva, 36 anos, auxiliar de cozinha.

Marli Honório de Sousa, 49 anos, do lar.

Waldeni Maria de Assis, 52 anos, professora.